

RELATÓRIO ANUAL
2008

COMPROMISSO ATRAVÉS DO TEMPO



A SEGURANÇA, O RISCO E O TEMPO

A busca por segurança está na origem da estrutura da sociedade moderna, e, mais ainda, na origem da FIBRA. Criada para garantir um futuro tranquilo a seus participantes e beneficiários, este objetivo, de dar tranquilidade em um mundo cada vez mais intranquilo, tem se mostrado tarefa difícil, mas compensadora. A crise da economia mundial em 2008, originada no sistema de crédito imobiliário americano e propagada pelos “avanços” do mercado financeiro, vem se somar às várias crises recentes, como a da Ásia em 1997; da Rússia em 1998; do Brasil em 1999; da bolsa americana NASDAQ em 2000; da Argentina e dos balanços de empresas americanas em 2001. Estas turbulências, símbolo da época em que vivemos, vêm impondo desafios crescentes às instituições que, como a FIBRA, têm seu horizonte no longo prazo. Nossa tarefa, tal qual dos timoneiros, é conduzir a nau através do mar agitado do tempo em busca de um porto seguro.

As informações contidas neste Relatório Anual dão mostras que, apesar dos percalços ocorridos nos mercados internacionais, a FIBRA mantém-se incólume. Traça um panorama que explica a política de investimentos e sua rentabilidade; expõe a preocupação permanente dos dirigentes em adotar medidas capazes de prevenir ou mitigar seus riscos – algo intrínseco à atividade – e que neste momento teve uma enorme importância e influência nas tomadas de decisões. A fórmula para tanto foi um trabalho coletivo árduo, persistente e meticuloso, que resultou numa ampla reforma no seu processo de gestão com a inclusão de ferramentas modernas, ágeis e direcionadas ao seu negócio, além da integração entre colaboradores, dirigentes, conselheiros e a Diretoria da patrocinadora ITAIPU. O marco dessa transformação aconteceu na mudança da década, com a implementação do Programa de Qualidade e do Planejamento Estratégico. Desde então, uma série de outras ações vem sendo moldadas, como a implantação do processo de gestão de riscos; a ampla reestruturação no sistema de gestão de investimentos; a busca pela qualificação de pessoal, quer sejam colaboradores, conselheiros ou dirigentes, assim como o aperfeiçoamento do sistema da qualidade pelos serviços prestados aos participantes.

Os resultados satisfatórios alcançados ao longo do tempo têm mostrado que, em que pese as reiteradas crises, o modelo de gestão adotado pela FIBRA possibilitou superar as turbulências. Assim como os superávits obtidos na última década em relação à meta atuarial permitiram, por exemplo, o aumento de provisões para pagar benefícios por período 40% maior do que quando a Fundação foi criada. Nos últimos 5 anos, a rentabilidade da carteira de ativos foi de 96,58%, mesmo considerando o resultado de 0,95% de 2008, aquém de outros anos. A diversificação de investimentos produziu bons resultados no longo prazo, e os superávits acumulados mostraram, neste difícil momento, sua importante função estabilizadora.

O risco está presente na aventura humana desde que o homem optou por assumir o controle de seu próprio destino. A liberdade de construir o futuro traz responsabilidades. Estas crises têm servido para nos lembrar da virtude da humildade e incentivar a continuidade do aperfeiçoamento constante de nossos processos, em busca da segurança de todos os participantes.

Diretoria Executiva



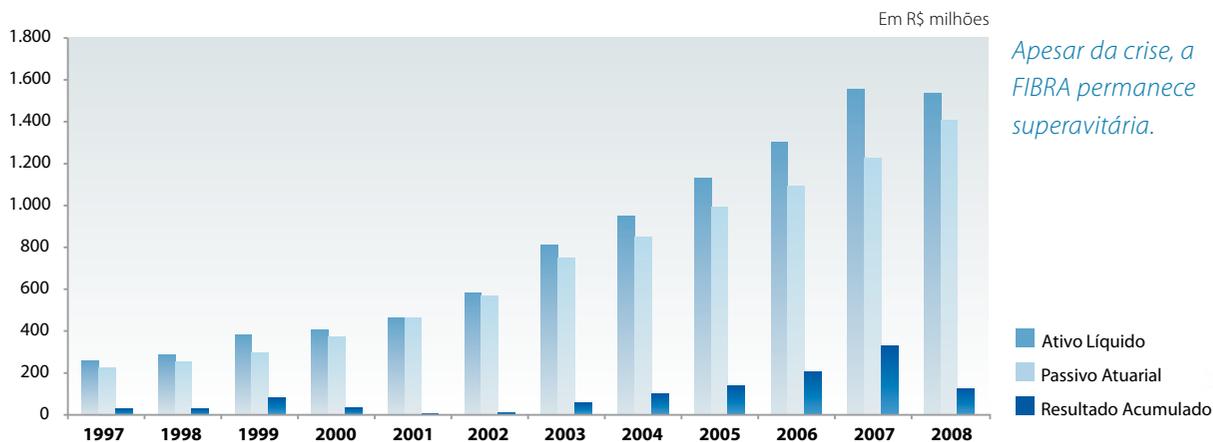
RESULTADOS DE 2008

A FIBRA encerrou o exercício de 2008 com um superávit acumulado ⁽¹⁾ de R\$ 129,6 milhões – veja demonstrativos abaixo. Este resultado sofreu influência dos desdobramentos da crise internacional que eclodiu nos últimos meses do ano e atingiu os mercados de todo o mundo, especialmente no que tange às aplicações em renda variável. Embora apenas uma pequena parte da carteira de investimentos da FIBRA esteja vinculada ao mercado de ações, a Fundação – assim como todo o sistema de previdência complementar – foi afetada pelos abalos ocorridos no mercado financeiro mundial. A rentabilidade dos seus ativos, em 2008, foi de 0,95% – índice inferior à meta atuarial estimada de 12,78% (INPC + 6% a.a.).

Valores em R\$ mil

Reservas	2007	2008	Varição	Varição %
Provisão Matemática ⁽²⁾ (Passivo Atuarial)	1.224.291	1.405.677	181.386	14,82
Reserva de Benefícios Concedidos	728.388	868.459	140.071	19,23
Reserva de Benefícios a Conceder	536.944	579.404	42.460	7,91
Reserva a Amortizar	(41.041)	(42.186)	(1.145)	2,79
Ativo Líquido ⁽³⁾	1.497.712	1.535.299	37.587	2,51
Resultado Acumulado ⁽¹⁾	273.421	129.622	(143.799)	(52,59)

- (1) **Superávit acumulado** é o resultado da diferença entre a evolução do Ativo Líquido e do Passivo Atuarial.
- (2) **Passivo Atuarial** (também denominado Provisão Matemática) representa o valor atual dos compromissos com benefícios já concedidos e a conceder, já descontada a expectativa de recebimento de contribuições futuras.
- (3) **Ativo Líquido** representa a parcela líquida do patrimônio reservada especificamente para a cobertura dos compromissos com benefícios concedidos e a conceder, já descontadas as provisões diversas.



CONSERVADORISMO NAS PROVISÕES ATUARIAIS

Valores em R\$ mil

A projeção da variação do Passivo Atuarial para 2008 era de R\$ 128,1 milhões, montante que, deduzido do Ativo Líquido, resultaria num superávit técnico de R\$ 182,8 milhões. Agindo, porém, de forma conservadora, a FIBRA adotou algumas medidas que culminaram em um aumento de R\$ 53,2 milhões em relação ao previsto, elevou o Passivo Atuarial em R\$ 181,3 milhões e reduziu o superávit para R\$ 129,6 milhões.

Referência	Impacto na Situação Atuarial do Plano em 31/12/2008
(a) Ajuste nos Parâmetros de Crescimento Real de Salário e de Rotatividade	(664)
(b) Adequação no procedimento de cálculo do Benefício Projetado, aplicando-se a projeção de crescimento salarial sobre o SRB (<i>Salário Real de Benefício</i>), deduzindo-o do FCS (<i>Fator de Cálculo de Suplementação</i>) atualizado pelo indexador do Plano.	29.941
(c) Reajuste real de 1% na Tabela Salarial pelo Acordo Coletivo de nov/2008	16.520
(d) Ajuste no Fator de Capacidade do Benefício de 98,00% para 98,10%.	1.433
(e) Provisão do IPCA de novembro/08 (0,36%)	5.986
(f) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e) Total	53.216

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS

Valores em R\$ mil

O montante de contribuições recebidas pela FIBRA, em 2008, foi de R\$ 45,2 milhões (*veja quadro ao lado*). Esse número indica um acréscimo de 6,15% em relação ao exercício anterior.

Origem da Contribuição		2007	2008	Variação %
Patrocinadores	Normal	20.005	20.764	3,79
	Suplementar	3.094	3.211	3,79
	Subtotal	23.099	23.975	3,79
Participantes	Ativos	12.070	13.139	8,86
	Autopatrocinaados	1.017	1.057	3,93
	Aposentados	5.533	6.748	21,96
	Jóias, Taxa de Inscrição e Outras	846	265	(68,67)
	Subtotal	19.466	21.209	8,95
Total	42.565	45.184	6,15	

DESPESAS PREVIDENCIAIS COM PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil

As despesas com benefícios previdenciais atingiram, em 2008, R\$ 74,4 milhões, o que representa um aumento de 20,33% em relação ao ano anterior. Esse acréscimo se deve (i) à concessão de novos benefícios decorrentes do plano de desligamento incentivado promovido pela patrocinadora e (ii) ao reajuste concedido em novembro de 2008.

Tipo de Benefício		2007	2008	Variação %
Mensal Continuado	Aposentadoria	55.320	67.459	21,94
	Pensão	5.876	6.752	14,91
	Auxílio-Reclusão	1	-	-
	Subtotal	61.197	74.211	21,27
Pagamento Único	Resgate de Contribuição	650	209	(67,85)
	Auxílio-Funeral	5	4	(20,00)
	Subtotal	655	213	(67,48)
Total	61.852	74.424	20,33	

A diferença entre receitas e despesas previdenciais gerou uma descapitalização de R\$ 29,2 milhões. No entanto, como a FIBRA adota o regime de capitalização, teoricamente pode operar sem receita previdencial desde que o Ativo Líquido seja suficiente para honrar os compromissos atuais e futuros.

SITUAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO

Os mercados financeiros foram afetados, em 2008, por uma crise econômica só comparável ao *crack* da Bolsa de Nova Iorque de 1929. A eclosão se deu nos Estados Unidos, gerada pela concessão de créditos imobiliários excessivos e sem garantias reais suficientes – os chamados *subprime*. Seus desdobramentos afetaram de maneira sistêmica instituições financeiras, empresas, inclusive os grandes conglomerados, governos, enfim, o conjunto da economia em todos os continentes. Numa ação emergencial e até então inédita na história econômica mundial, os Bancos Centrais dos principais países realizaram cortes em suas taxas básicas de juros na tentativa de reduzir os impactos e o aprofundamento da crise. A medida, no entanto, não foi suficiente para acalmar os mercados.

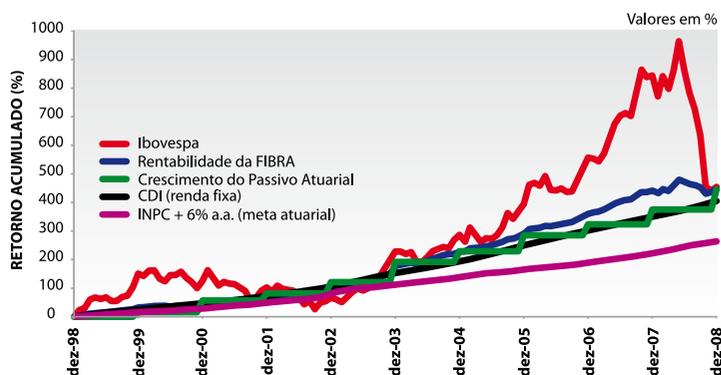
No Brasil, durante todo o primeiro semestre de 2008 e parte do segundo, os mercados viveram uma fase de intenso otimismo. Um referencial desse estado de confiança está refletido nos índices da Bolsa de Valores de São Paulo, que, em maio, bateu sua marca histórica de 73.000 pontos, após o País ter obtido de duas agências classificadoras de risco (*rating agencies*) – a Standard & Poor's e a Fitch – a classificação “grau de investimento” (*investment grade*).

A crise, no entanto, acabou alcançando o País por duas vias: pela interrupção do crédito internacional e pela alta da cotação do dólar. As consequências imediatas dessas ações foram (i) menor liquidez, (ii) crédito bancário mais caro e com menor oferta, (iii) forte impacto sobre a Bolsa de Valores em consequência da fuga de capitais e (iv) incerteza quanto ao futuro por parte dos empresários. Em síntese, uma crise de confiança generalizada. Todo esse cenário adverso se delineou no instante em que o País apresentava melhora generalizada nas contas públicas, crescimento do Produto Interno Bruto, aumento no nível de emprego, reservas internacionais elevadas, inflação controlada e taxas de juros em queda.

RENTABILIDADE GERAL DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade geral dos investimentos da FIBRA, em 2008, foi de 0,95%, abaixo da meta (INPC + 6% a.a.), que atingiu 12,87%. Apesar de o índice ter sido inferior aos resultados obtidos nos últimos anos, a diversificação dos ativos da entidade tem permitido uma taxa de retorno positiva e superior à necessidade atuarial em prazos mais longos. O gráfico a seguir, que retrata o período de 1998 a 2008, demonstra que a política de diversificação dos investimentos adotada pela FIBRA na última década permitiu que se alcançassem, no período, resultados superiores à meta atuarial.

Rentabilidade obtida pela FIBRA		Benchmark	
Contábil	Mercado a Mercado	RMA (INPC + 6% a.a.)	RMA (var. salarial)
0,95 %	-0,51 %	12,87 %	15,21 %



Mesmo num período de crises sucessivas (1998 a 2008), e com passivo crescendo acima da meta atuarial, a FIBRA conseguiu resultados de investimentos que superaram suas necessidades.

No longo prazo, conforme tabela abaixo, a rentabilidade superou a meta atuarial projetada de INPC + 6% a.a.

	Valores em %			
	2008	24 Meses	36 Meses	60 Meses
FIBRA (Contábil)	0,95	17,45	40,15	96,58
FIBRA (Mercado a Mercado)	-0,51	16,84	-	-
INPC + 6% a.a.	12,87	25,81	37,11	71,76
INPC	6,48	11,97	15,12	28,35
IPCA	5,90	10,62	14,09	29,76
CDI	12,37	25,65	44,53	99,78
IBOVESPA	-41,25	-15,58	12,24	68,89
IBRX-50	-43,16	-13,88	14,99	100,57
Dólar	30,26	7,91	-1,43	-20,14

Com as melhorias desenvolvidas na gestão de investimentos, a FIBRA, em 2008, economizou próximo a R\$ 1 milhão.



GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A gestão dos ativos da FIBRA é definida pela Política de Investimentos. A carteira de investimentos é diversificada, e os percentuais de alocação em cada segmento se baseiam no modelo conhecido como *Asset Liability Management (ALM)*. O estilo é ativo, e a carteira opera nos mercados permitidos pela legislação com vistas a obter os retornos necessários e definidos na Política de Investimentos, levando em consideração o limite de risco da FIBRA. A custódia das operações é feita pelo Banco Bradesco, que realiza ainda a controladoria em relação ao cumprimento das políticas e normas legais.

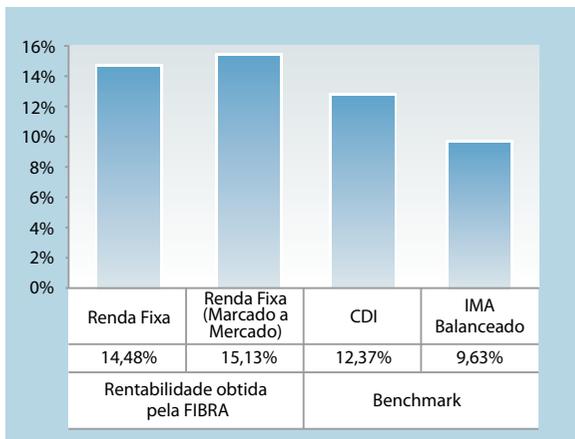
Em 2008, foram realizadas alterações na metodologia empregada na modelagem dos fluxos de investimentos (ativos) e das obrigações atuariais com pagamento de benefícios (passivos). As novas medidas foram adequadas após um estudo de ALM elaborado por consultoria externa, o qual também subsidiou a elaboração da Política de Investimentos de 2009. Ainda em 2008, a FIBRA aderiu aos Códigos de Ética e Operacional do Mercado estabelecidos pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (Andima), reafirmando seu compromisso de respeitar os princípios éticos de conduta nas negociações do mercado.

RENDIMENTOS OBTIDOS EM RENDA FIXA

Desde o início de 2008, alguns indicadores econômicos já apontavam perspectivas de aceleração do processo inflacionário no Brasil. Apostando na tendência de elevação da taxa SELIC, a FIBRA manteve as alocações de sua carteira de renda fixa concentradas em crédito bancário, que apresentava bons prêmios e risco reduzido. Em abril, o Banco Central iniciou de fato a esperada escalada dos juros, até atingir, em setembro, o índice de 13,75% a.a. No entanto, com a deterioração do cenário macroeconômico, acrescido da aversão ao risco, verificou-se efeito contrário, e, nos meses subsequentes, sobreveio a desvalorização dos papéis, motivada, entre outras razões, pela expectativa de baixa nas taxas de juros, uma vez que os indicadores já mostravam forte desaceleração da economia. Acompanhando esse cenário, os títulos inde-

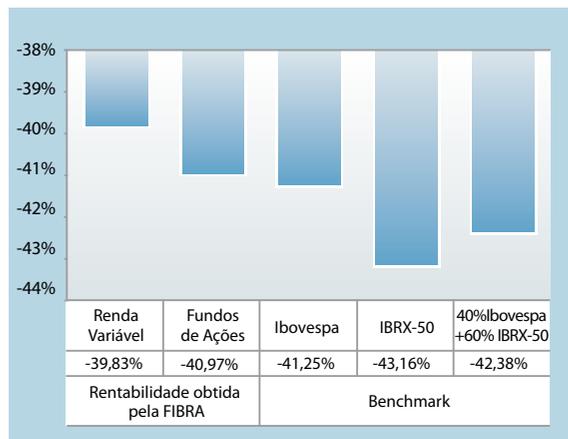
xados ao IPCA obtiveram forte valorização, chegando, em outubro, aos seus patamares mais elevados. Com isso, os recursos oriundos do crédito bancário foram transferidos para posições em títulos públicos federais, indexados pela inflação e considerados livres de riscos.

No exercício, a rentabilidade da carteira de renda fixa alcançou o índice de 14,48%, o que equivale a 148% do seu *benchmark*, que é o Índice de Mercado Andima (IMA) balanceado ou 117% do CDI.



RENDIMENTOS OBTIDOS EM RENDA VARIÁVEL

Motivada (i) pelos preços das commodities no mercado mundial (minério de ferro, petróleo, etc), (ii) pela estimativa do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 4,5% a.a., e (iii) pela baixa taxa de desemprego, uma das menores das últimas décadas, a economia brasileira reunia plenas condições de alcançar em 2008 os seus melhores resultados. Diante desse cenário, a FIBRA reduziu sua posição em fundos de *small caps*, constituídos por ações menos líquidas e com maior potencial de valorização no longo prazo, e aumentou a exposição em fundos indexados ao Ibovespa e ao IBRX-50, a fim de aumentar as possibilidades de atingimento do *benchmark*, uma vez que as *commodities* apresentavam elevada valorização.



Com o aprofundamento da crise, os ativos em Bolsa sofreram forte desvalorização. O cenário de otimismo deu lugar ao pânico, e os mercados viveram momentos de histeria, deflagrados pela falência de bancos estrangeiros e pelas dificuldades enfrentadas por grandes empresas multinacionais.

Os efeitos sistêmicos da crise também alcançaram a FIBRA. Com a redução dos valores desses ativos no mercado, a carteira de ações da Fundação fechou o exercício com a alocação de 15% do patrimônio, bem abaixo do previsto pela Política de Investimentos, que sinalizava um índice entre 20% e 30% dos recursos totais, tendo como ponto ótimo 25%. No ano, a rentabilidade da FIBRA em fundos de ações foi negativa em -40,97%, contra o *benchmark* (40% do Ibovespa Médio e 60% do IBRX-50) de -42,38%. Considerado o segmento de renda variável, que inclui a carteira dos Fundos de Investimentos em Participações (FIPs), a rentabilidade foi de -39,83%.

Deve-se ressaltar que – não obstante a crise por que passam atualmente as economias mundiais – as aplicações em renda variável nos últimos dez anos superaram o retorno dos investimentos em renda fixa. É preciso ter em mente que momentos como o que vivemos são cíclicos. E se, por um lado, a crise gera resultados contábeis momentaneamente pouco satisfatórios, por outro ela cria oportunidades de novos posicionamentos. Por questões estratégicas, a Diretoria e os Colegiados da FIBRA optaram pela manutenção da carteira de renda variável, uma vez que, dada a diversificação dos investimentos da Fundação, espera-se que nos anos subsequentes seu patrimônio seja compensado pela revalorização dos ativos, com rentabilidade acima da meta atuarial. Além disso, tem mantido a alocação em projetos de longo prazo, por meio de Fundos de Investimentos em Participações (FIPs).



VISÃO DE LONGO PRAZO: visita dos Colegiados às instalações portuárias de São Francisco do Sul e Itapoá, onde a FIBRA, por meio de um FIP, participa das obras de expansão e construção de vários empreendimentos.

RENDIMENTOS OBTIDOS EM OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS

A rentabilidade do segmento de empréstimos foi de 16,61%, superando o seu referencial (INPC+ 6% a.a.), que ficou em 12,87% a.a.

RENDIMENTOS OBTIDOS EM IMÓVEIS

Os rendimentos obtidos na carteira de imóveis foram de 54,78%, percentual superior ao *benchmark* previsto na Política de Investimentos, que era de 0,90% ao mês. Esse resultado deveu-se à atualização dos valores dos imóveis da FIBRA, ocorrida em 2008, conforme determina a legislação dos fundos de pensão. Foram realizados ainda estudos sobre o segmento imobiliário em Curitiba e avaliação da carteira de imóveis da Fundação. A FIBRA promoveu ainda melhorias nas instalações dos imóveis localizados nos edifícios Centro Comercial Itália (CCI) e Parigot de Souza.

SEGURANÇA E TRANSPARÊNCIA NAS OPERAÇÕES

Para realizar seus investimentos em títulos públicos federais e no mercado secundário de títulos privados, a FIBRA utilizou-se de Plataformas Eletrônicas, ferramenta capaz de disponibilizar um conjunto de aplicativos que permite a negociação e o registro das operações de forma transparente e segura. Além disso, todos os ativos que compõem suas operações possuem custódia, controladoria e administração fiduciária terceirizada, atribuída ao Banco Bradesco. A instituição, uma das mais tradicionais do mercado, possui apurados mecanismos de controle, como o *compliance ativo ex-ante*, que verifica o enquadramento e conformidade das operações em relação à legislação vigente antes mesmo de seu fechamento no mercado. Destaca-se ainda a atuação ativa dos Colegiados (Conselho Deliberativo, Comitê de Investimentos e Conselho Fiscal) no acompanhamento e definição das estratégias adotadas pela FIBRA.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A revisão anual da política de investimentos dos fundos de pensão é regulamentada pela Resolução nº 3.456 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2008, a partir do estudo de ALM, a FIBRA realizou algumas alterações baseadas em análises que compreendem, de um lado, as necessidades de caixa para os pagamentos de benefícios e, de outro, os prováveis cenários do mercado financeiro. As mudanças foram propostas pela Diretoria Executiva e pelo Núcleo de Investimentos, tendo sido posteriormente recomendadas pelo Comitê de Investimentos ao Conselho Deliberativo para aprovação. O Resumo da Política de Investimentos para 2009 está disponível nos documentos anexos a este Relatório.



ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DA FIBRA

Para demonstrar o cumprimento da função social da entidade, são apresentadas as informações mais relevantes acerca da origem e destinação dos recursos da FIBRA, incluindo participantes, patrocinadora, governo, empregados e fornecedores.

* Valores em R\$ mil

Origem dos Recursos		*	
Contribuições Previdenciais	Contribuições previdenciais dos participantes	23.975	59,60%
	Contribuições previdenciais dos Patrocinadores	21.209	
Investimentos	Resultado líquido dos investimentos antes dos impostos	9.573	29,90%
	Atualização da rescisão da dação em pagamento	13.088	
Outras	Contribuição da ITAIPU para custeio administrativo	7.921	10,50%
	Outras receitas	35	
Total da Origem dos Recursos		75.801	100,00%

Destinação dos Recursos		*	
Participantes	Assistidos (valor líquido de aposentadorias, pensões, auxílio-reclusão, excluindo o imposto de renda)	64.791	76,88%
	Ex-participantes (resgate de contribuições)	188	
	Participantes em geral (aumento nas reservas para pagamento de benefícios futuros)	181.386	
	Participantes em geral (reversão de superávit e fundo previdencial)	(188.086)	
Governo (Recolhimento de Tributos)	Decorrente da condição de fundo de pensão (PIS, COFINS, CPMF)	452	15,06%
	Decorrente da condição de empregador e contratante (IR, INSS, FGTS, salário-educação, etc.)	1.003	
	Decorrente do pagamento de aposentadorias e resgates (IR)	9.953	
Empregados	Salários, férias e 13º salário (descontados IR e INSS)	2.749	5,49%
	Vale-refeição	224	
	Saúde – PAMHO	138	
	Auxílio à Educação	29	
	Capacitação e desenvolvimento profissional	43	
	Participação nos Resultados	403	
	Previdência Privada	507	
	Seguro de vida em grupo	62	
	Auxílio-creche	7	
Fornecedores	Atuário, advogados, auditorias, administração dos investimentos, comunicação social, manutenção de equipamentos e software	1.065	1,40%
Diversos	Aluguéis, material de expediente, água, luz, telefone, serviços gerais, despesas bancárias	764	1,01%
Constituição do Fundo Administrativo no Exercício (sobra de recursos administrativos)		123	0,16%
Total de Recursos Destinados (1)		75.801	100,00%

(1) Não inclui despesas com custódia, depreciação de imóveis e despesas de investimentos.

ESTRATÉGIA E GESTÃO

Em 2008, a FIBRA comemorou 20 anos de atividades. A FIBRA nasceu da vontade e decisão dos dirigentes da patrocinadora ITAIPU Binacional, que, à época, entendiam ser indispensável uma série de medidas que propiciassem aos empregados – na aposentadoria – segurança, tranquilidade e qualidade de vida. Entre as ações preconizadas, incluía-se a criação de um sistema de previdência complementar fechado. Após duas décadas de atividades, é possível mensurar os resultados apresentados pela FIBRA. Basta alguns grandes números para dar a exata dimensão de todo esse trabalho. Ao final do exercício de 2008, a FIBRA contava com 2.670 participantes, divididos em 1.535 ativos, autopatrocinados, em Benefício Proporcional Diferido e em *vesting*, e 1.135 assistidos. Do universo de empregados da ITAIPU, apenas dois não são participantes.

Todas essas conquistas exigiram não apenas dedicação e esforço, mas principalmente harmonia e integração entre os que estiveram envolvidos no processo. São os colaboradores, dirigentes – tanto da Fundação quanto da patrocinadora ITAIPU – conselheiros e, principalmente, os participantes. Na verdade, a FIBRA teve de se amoldar a diversas situações durante todo o trajeto, responder com presteza aos novos desafios, buscar soluções que garantissem o cumprimento de sua Missão como entidade de previdência complementar, que é *contribuir para uma aposentadoria digna, assegurando, através do tempo, o pagamento dos benefícios do plano previdenciário a seus participantes e beneficiários, bem como a prestação dos serviços associados*. Para atingir esses objetivos, foi necessária uma profunda e contínua remodelação de métodos e processos a partir de um modelo de gestão bem-sucedido, moderno, baseado na responsabilidade, confiança e foco no cliente. Aliás, pela própria natureza de suas atividades, a matéria-prima principal da Fundação é o “tempo”. Não é por outro motivo que o slogan da FIBRA é *compromisso através do tempo*.

Uma das ações fundamentais postas em prática em 2008 foi a reformulação do processo de Governança Corporativa. Trata-se, de acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), de um *conjunto eficiente de mecanismos, seja na forma de incentivos ou monitoramento, capaz de assegurar que o comportamento dos executivos esteja sempre alinhado com os interesses dos participantes*. Assim, o sistema de gestão da



Solenidade de comemoração dos 20 anos da FIBRA.

FIBRA esteve atento às modificações ocorridas nos mercados financeiros e nos meios empresariais, legislativos e regulatórios, mantendo-se à altura dos novos desafios e agindo com transparência e respeito.

Algumas práticas podem elucidar a importância do uso intensivo dessas ferramentas de controle no dia-a-dia das empresas. No primeiro semestre de 2008 – antes, portanto, de irromper a crise global – o panorama econômico mostrava-se favorável à exposição dos ativos em títulos privados. A FIBRA, assim como todo o sistema de fundos de pensão, tinha nessa estratégia a melhor opção para aquele momento, porquanto (i) os prêmios oferecidos a longo prazo se revelavam atraentes, (ii) a relação entre risco e retorno era boa e (iii) as operações pareciam menos suscetíveis à volatilidade. Apesar da aparente calma, o Núcleo de Aplicações e Investimentos realizou em paralelo algumas simulações de estratégia para avaliar os diversos cenários possíveis, bem como os riscos para o sistema de previdência complementar. Os resultados indicavam que “os riscos possíveis” estavam concentrados nos segmentos de renda variável, crédito bancário e crédito privado. Assim, quando os efeitos da crise econômica começaram a se manifestar, a FIBRA adotou uma série de medidas de forma ágil, principalmente para reduzir sua participação em risco de crédito e aumentar a exposição em títulos mais longos.

Enfim, sob esse novo modelo de Governança Corporativa, diversas ações pontuais foram levadas a efeito ou reformuladas pela FIBRA ao longo de 2008.

A CADEIA DE CONSTRUÇÃO DE VALOR DA FIBRA

VISÃO

“Ser reconhecida pela excelência em produtos e serviços previdenciários, por seus participantes, beneficiários, patrocinadora e pelo segmento onde atua.”

MISSÃO

“Contribuir para uma aposentadoria digna, assegurando, através do tempo, o pagamento dos benefícios do plano previdenciário a seus participantes e beneficiários, bem como a prestação dos serviços associados.”

PERSPECTIVA DE CLIENTES

“Como a nossa organização criará valor para os nossos participantes e a ITAIPU, tornando-se a melhor opção e cumprindo a nossa Visão e Missão?”

Proposição de valor para os clientes (ITAIPU e participantes)

Preocupação com a garantia da confiabilidade, da segurança, da qualidade de seu produto e de seus serviços de forma competitiva e viável, buscando o reconhecimento da excelência de sua gestão por seus participantes, beneficiários, patrocinadora e pelo segmento onde atua.

Compromisso com os clientes

Garantia dos pagamentos de benefícios atuais e futuros.

PERSPECTIVA FIDUCIÁRIA

“Como nossa organização manterá a sustentabilidade do Plano?”

Gestão previdenciária

Gestão dos aspectos previdenciários com responsabilidade, transparência e assertividade com os compromissos do Plano Previdenciário.

Gestão de sustentabilidade e de continuidade

Alocação estratégica de ativos, com o uso do modelo atuarial adequado, da formatação da Política de Investimentos aderente às necessidades da FIBRA e da garantia do modelo de ALM adaptado ao Plano, para sua sustentabilidade e continuidade do negócio.

Gestão de investimentos

Gestão dos aspectos de investimentos com responsabilidade, transparência, assertividade e sintonia com os compromissos do Plano Previdenciário.

PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

“Em quais processos de negócios devemos ser excelentes para satisfazer os nossos participantes e a ITAIPU?”

Governança corporativa

Elaboração, articulação e implementação de um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o comportamento do negócio esteja sempre alinhado aos valores e melhores práticas de governança e ao direcionamento estratégico da FIBRA.

Gestão de clientes

Desenvolvimento e consolidação do relacionamento estratégico e operacional com o patrocinadora e com os participantes do Plano, fortalecendo a imagem da FIBRA, por meio de sua comunicação eficaz, propagando seus valores e garantindo um atendimento de elevado nível.

Gestão de inovação

Esforços de pesquisa e desenvolvimento de novos serviços, processos e estratégias de negócio, que garantam a competitividade da FIBRA, orientada pela gestão previdenciária sustentável.

PERSPECTIVA DE APRENDIZADO E CRESCIMENTO

“Como vamos nos preparar e sustentar a nossa habilidade de mudar e crescer continuamente para atingir a nossa Visão, atendendo as exigências legislativas e as necessidades dos nossos participantes e a ITAIPU?”

Capital de sistemas da informação

Orientação de esforços de investimento e uso da tecnologia para a sustentação do negócio e à tomada de decisões, agregando agilidade, flexibilidade e assertividade para a FIBRA em seus processos, produto e serviços.

Capital humano e organizacional

Gestão de pessoas, conduzindo para seu crescimento e alinhamento estratégico, de forma a garantir um favorável clima organizacional e consolidar os valores e as competências do negócio.

PERSPECTIVA DE CLIENTES

A FIBRA adota um modelo de gestão baseado na responsabilidade e tendo o foco de suas ações no cliente. A dimensão social da entidade fica ainda mais explícita ao se considerar que a Fundação já desembolsou, ao longo desses 20 anos, R\$ 704 milhões (em valores somados e atualizados) sob a forma de pagamento de benefícios aos participantes. Tendo essas concepções como fio condutor, a política de atendimento aos participantes tem sido estruturada ou reformulada de acordo com os mais modernos parâmetros tecnológicos, com o uso intensivo da informática e da comunicação. O que a FIBRA pretende é, em suma, tornar disponíveis para cada participante ferramentas modernas, seguras e ágeis para facilitar suas demandas. Uma delas é o Sistema de Gerenciamento das Relações com os Participantes (conhecido pela sigla em inglês *CRM*), a qual, além de facilitar o atendimento dos participantes, unificou o processo de compilação dos dados cadastrais entre as áreas, serviu como instrumento de monitoração das exigências de novos serviços e identificou os pontos de gargalos do sistema.



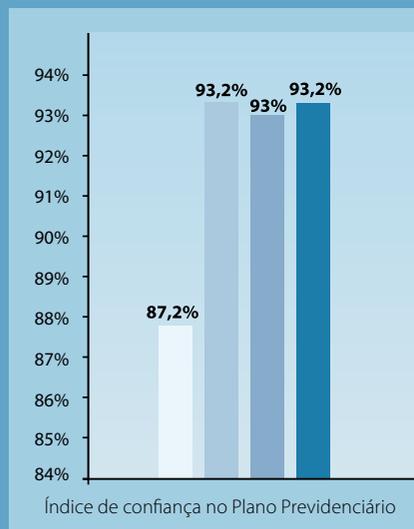
A visão está centrada na pessoa, no ser humano.

Pesquisa de Satisfação

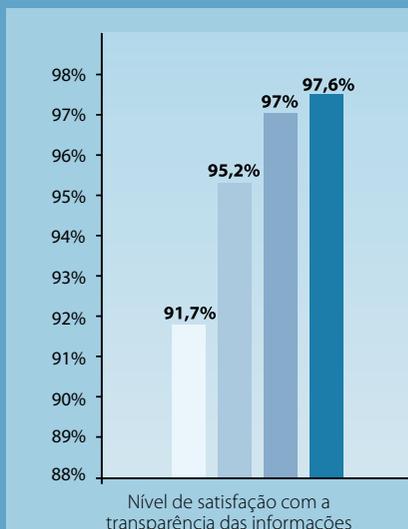
A FIBRA realiza anualmente, entre os participantes, uma pesquisa de satisfação com relação aos serviços que lhes são prestados. Esses números têm servido como parâmetros importantes para o aperfeiçoamento ou criação de novos canais de atendimento e constituído valiosos subsídios para o Planejamento Estratégico. Em 2008, a nota média de satisfação foi 8,9, numa escala de 0 a 10. Os principais índices obtidos revelam que (i) 93% dos participantes ativos confiam totalmente na FIBRA, (ii) 98% dos participantes ativos e assistidos estão satisfeitos com a transparência das informações, (iii) 99% dos ativos consideram bem administrados os investimentos e (iv) 88% dos aposentados e 91% dos pensionistas se sentem seguros com a suplementação paga. O serviço de atendimento, por sua vez, é considerado entre *bom* e *ótimo* por 97% dos participantes ativos e 99% dos assistidos.

A pesquisa demonstra a confiança no Plano, a satisfação com a transparência das informações e com a administração dos investimentos da FIBRA.

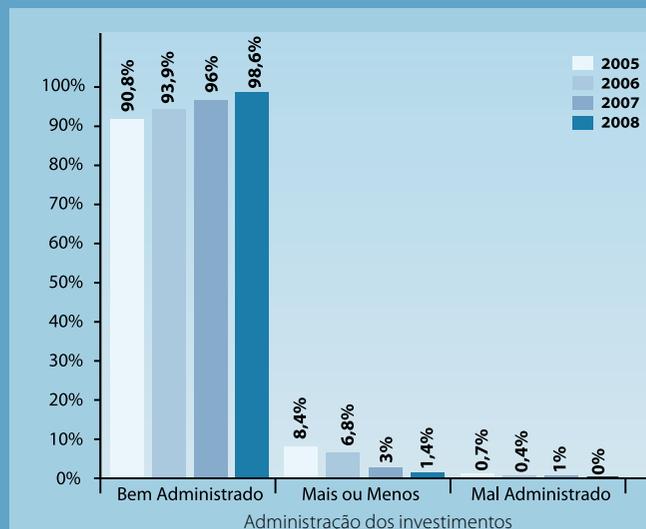
Confiança no plano de aposentadoria oferecido



Satisfação com a transparência das informações prestadas



Avaliação da administração dos investimentos



Diálogo com os participantes e a patrocinadora

Toda a estrutura da FIBRA está aberta ao diálogo com os participantes e com a patrocinadora de maneira franca e amistosa. Trata-se de um modelo de comunicação eficiente e eficaz. Anualmente, a Diretoria Executiva apresenta os resultados da Fundação em reuniões abertas a todos os participantes.



Reunião em Foz do Iguaçu com os participantes assistidos.

Empréstimo pessoal

Os custos do programa de assistência financeira aos participantes da FIBRA na forma de empréstimo pessoal, ainda que superiores às necessidades atuariais, são bem mais vantajosos e atraentes que os vigentes no mercado. Em 2008, foram firmados 1.506 novos contratos, com liberações no montante de R\$ 13.679.269,47. A carteira de empréstimos encerrou o exercício com saldo de R\$ 42.668.943,68.

Novos serviços

Em 2008, a FIBRA investiu na implantação de novos serviços e no aperfeiçoamento dos processos em uso, principalmente os oferecidos nos sites da Internet e da Intranet. Foram (i) implementados os serviços que disponibilizam o pedido de empréstimo, (ii) incluídos novos formulários de solicitação dos serviços e (iii) instalado o Módulo de Seguro de Vida em Grupo para os aposentados.

Em 2008 a FIBRA desenvolveu um plano de aproximação com a ITAIPU, realizando diversas discussões para melhoria de seus serviços.

Colegiados da FIBRA

O relacionamento entre os Colegiados e a Diretoria Executiva da FIBRA tem sido um dos fatores fundamentais para o êxito dos resultados da Fundação. Em 2008, o Comitê de Investimentos reuniu-se mensalmente, e os Conselhos Deliberativo e Fiscal bimestralmente. Os Colegiados são constituídos por membros titulares e suplentes, indicados pela patrocinadora e eleitos diretamente pelos participantes, sendo o Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos compostos por seis titulares e seis suplentes e o Conselho Fiscal por quatro titulares e seis suplentes.

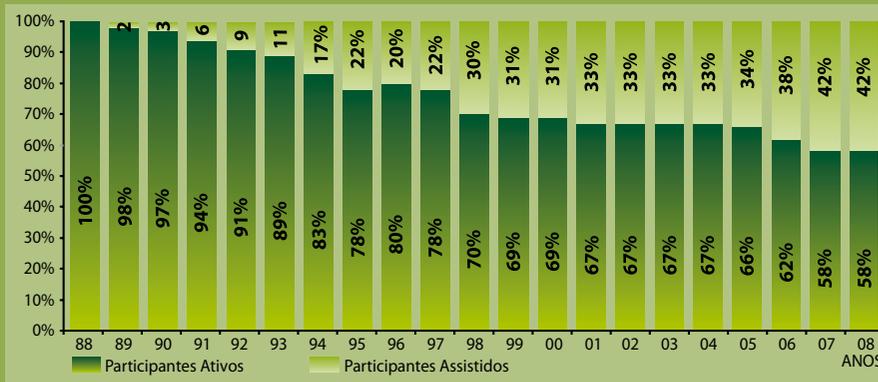
Reunião do Comitê de Investimentos da FIBRA.



PERSPECTIVA FIDUCIÁRIA

Nos seus 20 anos de atividades, a FIBRA passou por profundas reformulações. Essas mudanças não ocorreram apenas em questões pontuais, como tecnologia, governança corporativa, novos modelos de gestão ou o aprimoramento da política de recursos humanos. Nessas duas décadas, algumas transformações resultaram de um processo natural e, por serem também previsíveis, exigiram uma série de ajustes. Em 1998, por exemplo, a proporção entre participantes ativos e assistidos era de 70% para 30%. Em 2008, essa correlação foi de 58% para 42% (veja quadro abaixo). Em números exatos, esse índice significa que existem 1.535 participantes – entre ativos, autopatrocinados, em Benefício Proporcional Diferido e em *vesting* – e 1.135 assistidos.

Essa situação, ao contrário do que se possa imaginar à primeira vista, não significa que o custo do Plano irá aumentar à medida que cresce o número de aposentados. Na verdade, os participantes ativos acumulam provisões de recursos para compor as reservas para as futuras aposentadorias. Assim, as contribuições dos novos participantes formam novas reservas, uma vez que a provisão dos aposentados já está constituída.



Novo perfil de participantes da FIBRA. Evolução em % da relação entre participantes ativos e assistidos desde a criação da FIBRA.

Rejuvenescimento da massa de participantes

O perfil da massa de participantes da FIBRA vem rejuvenescendo nos últimos anos. A idade média dos participantes, até 2005, apresentava uma tendência ascendente. A partir da reformulação da política de Recursos Humanos da patrocinadora ITAIPU, com a adoção dos Planos de Desligamento Voluntário em 2003 e 2005 e a contratação de novos empregados para substituir os que saíam, a tendência tomou o sentido oposto, mostrando que nos últimos três anos houve uma renovação de quase 30% dos participantes ativos.

Cresce a expectativa de vida

Em todo o mundo, a expectativa de vida da população tem crescido de forma contínua. Em 1988, data de criação da FIBRA, a expectativa de vida dos participantes no momento da aposentadoria (55 anos) era de 74 anos, com o pagamento dos benefícios estimado em 19 anos. Em 2008, essa expectativa passou para 82 anos, com o pagamento dos benefícios estimado em 27 anos. A cobertura desse crescimento de 40% na expectativa de vida foi possível graças aos excedentes de rentabilidade obtidos ao longo do tempo. A título de comparação, se a FIBRA considerasse em 2008 a mesma expectativa de vida utilizada no momento de sua criação, o superávit seria superior a R\$ 370 milhões. Isso mostra que a posição atual é bem mais conservadora que a vigente na época da criação da entidade.

Capacitação e domínio da ferramenta atuarial

A confiança tanto nos cálculos atuariais que definem o montante de recursos necessários para honrar o compromisso com os participantes, quanto na base de dados, é de fundamental importância para o equilíbrio do Plano de Benefícios. Em 2008, em busca de maior solidez, confiança e segurança para os participantes, a FIBRA deu continuidade à sua política de treinamento da equipe e ao desenvolvimento de novas ferramentas de trabalho.



O atendimento é orientado ao novo perfil de participantes.



Painéis com indicadores fortalecem as iniciativas de gestão da FIBRA.

PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

As novas exigências do mercado, decorrentes do crescimento e da profissionalização, têm obrigado muitas organizações a repensar seus modelos de gestão. Em 2008, a FIBRA promoveu um esforço concentrado na busca do aperfeiçoamento de suas práticas de Governança Corporativa. Várias iniciativas foram adotadas, entre elas (i) a elaboração do próprio Manual de Governança Corporativa, (ii) a criação de Comitês temáticos, (iii) a implementação e aprimoramento da Gestão de Riscos e Controles Internos, (iv) o fortalecimento do Sistema de Gestão da Qualidade e (v) o aprimoramento do Planejamento Estratégico. Todas essas ações têm como principais objetivos – além de garantir a confiabilidade perante os participantes – aumentar a segurança, maximizar o retorno do investimento e cultivar os valores, crenças e propósitos da entidade. Essas medidas se justificam ainda mais quando se considera que os prazos dos contratos entre os participantes e a FIBRA podem alcançar entre 60 e 70 anos. Nessas condições, um pressuposto fundamental é a confiança do participante na Fundação.



Buscamos alcançar um modelo de governança corporativa integrado e de ações que promovam o compromisso da continuidade do negócio.

Manual de governança corporativa

Implantado em 2008 em formato eletrônico, ágil e moderno, o Manual atende plenamente às necessidades do público interno e dos órgãos da administração. Ele propicia uma visão completa de todos os modelos de gestão adotados pela FIBRA e da constituição de sua estrutura e dos grupos multidisciplinares. Já está em desenvolvimento a elaboração de um sistema, similar a um painel de bordo, com os principais indicadores do “negócio da FIBRA”, os resultados da Fundação e orientações quanto às novas direções de rota.

Grupos multidisciplinares

A fim de garantir e incentivar a participação dos mais diversos grupos de interesses e a transparência das informações, bem como aprofundar o relacionamento com seus participantes, a FIBRA criou diversos comitês de apoio para apresentar sugestões e auxiliar os dirigentes na tomada de decisões. A primeira experiência surgiu em 2003, com a participação, ainda que informal, do Grupo de Trabalho nas discussões de um tema específico, a avaliação do Plano de Benefícios. O sucesso da experiência fez com que, a partir de 2005, sua função tivesse um caráter formal. Sob essa mesma ótica, em 2008 foram agregados novos grupos – os comitês internos – compostos exclusivamente por colaboradores da FIBRA, a fim de discutir, avaliar, apresentar sugestões e fomentar as atividades afins de cada segmento.

- . Comitê de Ética
- . Comitê de Controles de Riscos
- . Comitê de Segurança da Informação
- . Comitê de Tecnologia da Informação
- . Comitê de Continuidade dos Negócios
- . Equipe de Planejamento e Controle
- . Equipe Téc. de Coordenação do Processo de Pagamento da PR
- . Grupo de Trabalho para Avaliação do Plano de Benefícios

Gestão de riscos e controles internos

A FIBRA tem desenvolvido um trabalho intenso e meticuloso para mensurar os riscos do seu negócio em todas as etapas dos processos de gestão, bem como identificar possíveis ausências de controles. Assim, de maneira concomitante, (i) implementa dispositivos de acompanhamento permanente que conduzem à melhoria da qualidade e (ii) acrescenta eficácia à vigilância dos riscos. Em 2008, em parceria com a Fundação Copel e a ITAIPU Binacional, a FIBRA promoveu o I *Workshop Jurídico de Previdência Complementar*, para discutir o tema *Risco Jurídico*. O evento contou com a presença do Diretor Jurídico da ITAIPU Binacional, João Bonifácio Cabral Júnior, do presidente da Copel, Rubens Ghilardi, de representante do Poder Judiciário e de dirigentes e colaboradores de fundos de pensão que compõem o sistema de previdência complementar no Paraná.

Outra atividade implementada pela FIBRA diz respeito ao cumprimento da Instrução Normativa nº 26, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que estabelece orientações e procedimentos a serem observados pelos fundos de pensão para prevenir e combater os chamados crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, além de acompanhar operações com pessoas politicamente expostas.



João Bonifácio Cabral Jr.



Rubens Ghilardi

I Workshop Jurídico de Previdência Complementar.

Gestão da qualidade - auditorias

A partir de 1999, quando foi certificada pelo BVQI (Bureau Veritas Quality International), a FIBRA passou por sucessivas auditorias do seu Sistema de Gestão da Qualidade. Na etapa de 2008, a conclusão dos auditores foi que a Fundação se encontra em conformidade com os requisitos da norma NBR ISO 9001:2000 e que a maturidade em seu sistema de gerenciamento, com ênfase em melhoria contínua, conduz seus processos a bons resultados e tendências de melhorias sustentadas.

As operações da FIBRA também foram submetidas à análise da BDO Trevisan Auditores Independentes, que emitiu parecer técnico atestando que (i) as demonstrações contábeis de 2008 *representam adequadamente, em todos os aspectos, a posição patrimonial e financeira da FIBRA em 31 dezembro de 2008 e 2007 e que (ii) os resultados das operações e fluxos financeiros correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil*. A BDO avaliou também a pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e controles utilizados na gestão de recursos da FIBRA.

Planejamento estratégico

O Planejamento Estratégico para 2008 baseou-se no tripé (i) excelência operacional, (ii) agilidade e (iii) visão de futuro. Como evolução desse processo, houve alterações em seu mapa estratégico, com a criação de maior valor para seus clientes e empregados e para o segmento em que atua, entre outros. Com isso, tornam-se mais evidentes o cuidado da entidade com a gestão previdenciária e de investimentos e sua preocupação quanto à sustentabilidade e continuidade do Plano. Esse equilíbrio, fundamental para o cumprimento dos compromissos da FIBRA, tornou a equipe de colaboradores mais integrada e consciente de suas responsabilidades. O resultado foi a promoção de melhores serviços e produtos oferecidos aos participantes, com o atingimento de 98,17% das metas propostas para 2008.

Trata-se de um resultado excepcional para a FIBRA, que é revertido em avanços em favor dos participantes. Como direcionador dos esforços de melhoria, a Participação nos Resultados (PR) foi vinculada às metas do planejamento estratégico, proporcionando um motivador adicional ao desenvolvimento das intervenções definidas para 2009.

O planejamento estratégico foi baseado no tripé de desafios do negócio: inovação e visão de futuro, agilidade e flexibilidade e excelência operacional.

PERSPECTIVA DE APRENDIZADO E CRESCIMENTO

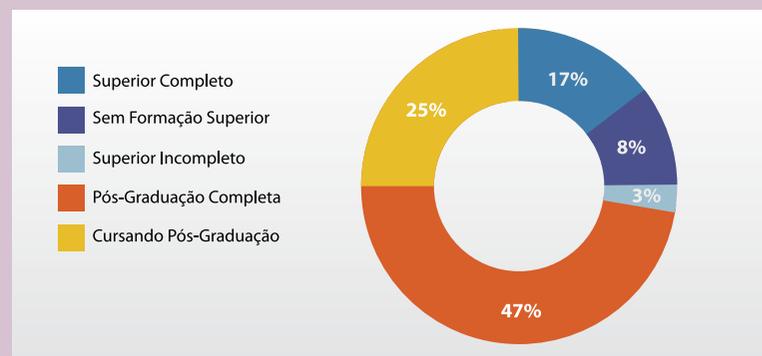
Treinamento dos Colegiados da FIBRA: segurança e qualidade da gestão.



A política de Recursos Humanos da FIBRA está sintonizada com os valores que regem sua conduta: Integridade, Respeito às Pessoas, Ética, Justiça nas Decisões e Prudência. A estrutura organizacional da entidade é composta por uma Diretoria Executiva, com três diretores, além de Departamentos Técnicos, Assessoria e Colegiados que atuam como órgãos deliberativos ou consultivos. A gestão de pessoas é orientada pelo respeito e pelo tratamento justo, apoiando-se em políticas de contratação, treinamento e promoção baseadas no mérito, nas competências e nos indicadores de desempenho.

Em 2008, foram proporcionadas aos colaboradores 783,5 horas de treinamento (média de 20h/colaborador). Onze pessoas fazem uso do benefício de Auxílio à Educação, sendo duas em curso de graduação e nove em curso de pós-graduação, sempre em áreas de interesse da entidade. Além da Pesquisa de Clima Organizacional, que numa escala de 0 a 10 atingiu, na avaliação dos colaboradores da FIBRA, a nota 9, foram implementadas (i) a metodologia de elaboração de Plano de Desenvolvimento Individual, para nortear as necessidades de desenvolvimento e aprendizado, e (ii) a Avaliação de Desempenho/Performance, utilizada como ferramenta para aplicação do programa de mérito aos colaboradores.

Outra iniciativa importante foi a participação dos colegiados da FIBRA no I Curso de Capacitação de Dirigentes e Conselheiros no Paraná, promovido pela Associação dos Fundos de Pensão do Paraná (Previpar). O evento, constituído de sete módulos mensais, teve início em agosto de 2008 e se estenderá até maio de 2009. O objetivo do treinamento é aprimorar o grau de profissionalização dos dirigentes, tendo em vista um melhor desempenho do processo de governança do sistema, assim como atender às exigências futuras da Secretaria de Previdência Complementar. Na abertura, além dos participantes, dirigentes de fundos de pensão e convidados, estiveram presentes o Secretário da SPC, Ricardo Pena, e o Diretor da Secretaria de Políticas de Previdência Social, Delúbio Gomes da Silva.



A FIBRA possui quadro reduzido, mas capacitado e motivado para executar suas atividades.

BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ MIL

ATIVO	2008	2007
DISPONÍVEL	171	65
REALIZÁVEL	1.554.459	1.559.898
Programa Previdencial	90.845	88.218
Programa Administrativo	25	24
Programa de Investimentos	1.463.589	1.471.656
Renda Fixa	1.147.470	1.038.593
Renda Variável	244.239	372.859
Investimentos Imobiliários	29.210	20.915
Operações com Participantes	42.670	39.289
PERMANENTE	407	371
Imobilizado	330	327
Diferido	77	44
Total do Ativo	1.555.037	1.560.334

R\$ MIL

PASSIVO	2008	2007
EXIGÍVEL OPERACIONAL	5.065	3.975
Programa Previdencial	2.356	1.382
Programa Administrativo	643	706
Programa de Investimentos	2.066	1.887
EXIGÍVEL ATUARIAL	1.405.677	1.224.291
PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.405.677	1.224.291
Benefícios Concedidos	868.459	728.388
Benefícios a Conceder	579.404	536.944
Provisões Matemáticas a Constituir(-)	(42.186)	(41.041)
RESERVAS E FUNDOS	144.295	332.068
EQUILÍBRIO TÉCNICO	129.622	273.421
RESULTADOS REALIZADOS	129.622	273.421
Superávit Técnico Acumulado	129.622	273.421
FUNDOS	14.673	58.647
Programa Previdencial	-	44.287
Programa Administrativo	13.449	13.327
Programa de Investimentos	1.224	1.033
Total do Passivo	1.555.037	1.560.334

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

R\$ MIL

DISCRIMINAÇÃO	2008	2007
PROGRAMA PREVIDENCIAL		
(+) Recursos Coletados	66.192	61.430
(-) Recursos Utilizados	(74.424)	(61.853)
(-) Constituições de Contingências	(15)	(21)
(-) Custeio Administrativo	(7.921)	(7.465)
(+) Resultado dos Investimentos Previdenciais	9.468	220.758
(-) Constituição de Provisões Atuariais	(181.386)	(133.647)
(+/-) Constituição de Fundos	44.287	(17.669)
(=) Superávit Técnico do Exercício	(143.799)	61.533

R\$ MIL

DISCRIMINAÇÃO	2008	2007
PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
(+) Recursos Oriundos de Outros Programas	7.921	7.465
(+) Receitas	6	0
(-) Despesas	(7.938)	(7.442)
(+) Reversões de Contingências	29	25
(+) Resultados dos Investimentos Administrativos	105	2.080
(=) Constituição de Fundos	(123)	(2.128)
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+) Renda Fixa	148.920	121.883
(-/+ Renda Variável	(156.118)	94.595
(+) Investimentos Imobiliários	10.938	2.119
(+) Operações com Participantes	6.491	5.190
(-) Relacionados com o Disponível	(2)	(358)
(-) Outros	(466)	(371)
(-) Resultados Transferidos de Outros Programas	(9.573)	(222.838)
(=) Constituição de Fundos	(190)	(220)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO

R\$ MIL

DISCRIMINAÇÃO		2008	2007
(-/+)	PROGRAMA PREVIDENCIAL	(9.900)	7.140
(+)	ENTRADAS	64.470	68.832
(+)	Recursos Coletados	66.192	61.430
(-)	Recursos a Receber	(2.627)	(720)
(+/-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	905	8.122
(-)	SAÍDAS	(74.370)	(61.692)
(-)	Recursos Utilizados	(74.424)	(61.853)
(+)	Utilizações a Pagar	69	183
(-)	Constituições de Contingências	(15)	(22)

R\$ MIL

DISCRIMINAÇÃO		2008	2007
(-)	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(8.003)	(7.201)
(+)	ENTRADAS	36	25
(+)	Receitas	6	0
(+)	Reversões de Contingências	30	25
(-)	SAÍDAS	(8.039)	(7.226)
(-)	Despesas	(7.938)	(7.442)
(-/+)	Despesas a Pagar	(13)	41
(-/+)	Despesas Futuras	(3)	1
(+)	Permanente	(36)	44
(+)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	(49)	130
(=)	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	18.009	100
(+)	Renda Fixa	40.044	26.205
(-)	Renda Variável	(27.499)	(31.691)
(+)	Investimentos Imobiliários	2.642	2.560
(+)	Operações com Participantes	3.061	3.560
(-)	Relacionadas com o Disponível	(2)	(358)
(-)	Outros	(237)	(176)
(=)	Fluxo nas Disponibilidades	106	39
(=)	Varição nas Disponibilidades	106	39

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS

Plano de Benefícios da FIBRA - CNPB nº 19880012184

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO	2008	2007
ATIVO	1.555.037.272,80	1.560.333.795,89
DISPONÍVEL	170.753,95	65.435,83
CONTAS A RECEBER	90.870.165,54	88.241.134,66
APLICAÇÕES	1.463.589.483,49	1.471.656.382,64
Renda Fixa	1.147.470.112,05	1.038.593.459,64
Renda Variável	244.238.978,32	372.858.552,90
Imóveis	29.210.461,32	20.914.872,28
Empréstimos/Financiamentos	42.669.931,80	39.289.497,82
BENS DE USO PRÓPRIO	406.869,82	370.842,76

PASSIVO	2008	2007
PASSIVO	1.555.037.272,80	1.560.333.795,89
CONTAS A PAGAR	5.065.601,90	3.974.977,48
VALORES EM LITÍGIO	-	-
COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	1.405.676.661,15	1.224.290.667,26
FUNDOS	14.673.009,73	58.646.895,63
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	129.622.000,02	273.421.255,52

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	2008	2007
(+) CONTRIBUIÇÕES – Inclui rendimentos da rescisão da dação em pagamento no valor de R\$11.401 mil em 2007 e R\$ 13.088 mil em 2008	66.192.187,08	61.429.928,37
(-) BENEFÍCIOS	(74.424.231,43)	(61.853.128,75)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	9.572.844,83	222.838.228,17
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	1.340.800,48	222.415.027,79
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(7.902.849,51)	(7.416.618,40)
(-) UTILIZAÇÃO DE VALORES EM LITÍGIO	(15.575,83)	(21.633,11)
(-) UTILIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS (FORMAÇÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS)	(181.385.993,89)	(133.646.657,44)
(+/-) UTILIZAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	44.164.363,25	(19.797.187,96)
(=) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(143.799.255,50)	61.532.930,88

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A rentabilidade geral da FIBRA, apurada pelo atuário pelo método de Taxa Interna de Retorno (TIR) com fluxo mensal, foi de 0,97% (17,85% em 2007), inferior em 10,47% à meta atuarial esperada, calculada pelo IPCA + 6% ao ano.

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

A importância gasta em despesas administrativas no exercício de 2008 representou, do total das receitas previdenciais:

- 15,02% (14,94% em 2007) - se considerarmos todas as despesas administrativas, dos programas previdencial e de investimentos, custeadas pela sobrecarga administrativa, cujo limite é 15% das contribuições previdenciais.
- 8,87% (9,22% em 2007) - se considerarmos o critério permitido pela legislação vigente de custear as despesas de administração dos investimentos com recursos do próprio programa de investimentos (critério utilizado pela Secretaria de Previdência Complementar para verificação do cumprimento do limite de 15%).

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA, entidade patrocinada pela ITAIPU Binacional (entidade jurídica de direito internacional) e pela própria Fundação, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria n.º 4.367, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direitos os participantes e respectivos dependentes, nos termos do regulamento e do seu plano de benefícios e de custeio.

Em 31 de dezembro de 2008, a entidade encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução nº 3.456, do Conselho Monetário Nacional.

O Plano de Benefícios da FIBRA é único e pertence à modalidade de "Benefício Definido", tendo como principal objetivo, complementar o benefício de aposentadoria, concedido pela Previdência Social, limitado às carências previstas pelo regulamento.

Os benefícios abrangidos pelo plano de benefícios da FIBRA são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Auxílio-reclusão;
- Auxílio-funeral por morte de beneficiário;
- Suplementação do abono anual.

Os níveis básicos dos benefícios, bem como suas respectivas elegibilidades são previstas pelo Regulamento.

A entidade administra somente um plano de benefícios e a sua estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria entidade e por intermédio de gestores contratados, conforme definido na sua política de investimentos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPS), aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes a longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do plano de benefícios mantido pela entidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em atendimento ao subitem 21, do item IV, do anexo E, da Resolução CGPC nº 05/2002 de 30 de janeiro de 2002 e alterações através da Resolução CGPC nº 10/2002 de 05 de julho de 2002 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), apresentamos a seguir as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis.

3.1 Apuração de Resultados

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

3.2 Programa de Investimentos

. RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

Considerando as disposições das Resoluções do CGPC nº 4/02, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- (i) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição; e

- (ii) Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados no item (i) acima, são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício.

Os títulos classificados no item (ii) acima, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, até a data do balanço.

. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Demonstrados ao custo de aquisição e ajustado a valor de mercado por reavaliação efetuada em abril de 2008, suportada por laudos técnicos, menos depreciação acumulada e acrescida dos aluguéis a receber, conforme determina a Resolução nº 5, de 30 de janeiro de 2002, do CGPC. As depreciações são calculadas pelo método linear, pelo prazo de vida útil restante para os imóveis reavaliados.

. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). As operações feitas anteriormente a 2003 são atualizadas pelo índice Taxa Referencial (TR), acrescidas de juros de 1% ao mês, enquanto que as operações efetuadas a partir de 2003, são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescidas de juros de 0,7% ao mês, IOF e seguro.

. PROVISÃO PARA PERDAS

Constituída considerando avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou considerados de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.3 Ativo Permanente

Avaliado pelo custo de aquisição e considera:

- Depreciação de acordo com a vida útil estimada dos bens, sendo 10% para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos e 20% para computadores e periféricos, calculada pelo método linear.
- Amortização do diferido, pelo prazo de 5 anos.

3.4 Exigível Operacional

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

3.5 Exigível Contingencial

Os valores registrados no exigível contingencial relativos a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) do Programa de Investimentos, que por decisão judicial estão com a exigibilidade suspensa, estão apresentados pelos valores históricos e líquidos dos seus respectivos depósitos judiciais.

Durante o exercício de 2004, a Fundação depositou o IRRF judicialmente, tomando como base a alíquota de 20% sobre os rendimentos auferidos, limitado a 12% da contribuição da patrocinadora, conforme estabelece a Medida Provisória MP nº 2.222, de 04 de setembro de 2001.

Com a publicação da Lei nº 11.053, em 29 de dezembro de 2004, a partir de 01 de janeiro de 2005, a Fundação passou a ser isenta do pagamento do imposto de renda. (nota explicativa 6).

3.6 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos da consultoria atuarial externa Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda, contratada pela entidade, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus beneficiários.

Na avaliação atuarial de 2008 foram promovidos ajustes nos parâmetros de projeção de crescimento real de salário e de rotatividade, incluindo adequação no cálculo do benefício projetado, aplicando-se a escala de crescimento salarial sobre o SRB, deduzindo-o do FCS atualizado pelo indexador do plano de benefícios, além de provisão do IPCA do mês de novembro/08 de 0,36%. Houve reajuste dos benefícios de prestação continuada com aumento real de 1%, a exemplo do que ocorreu com a tabela salarial da Patrocinadora e ajuste do FC - Fator de Capacidade do benefício para preservar o seu poder aquisitivo ao longo dos anos futuros em decorrência da antecipação de 50% do Benefício de Abono Anual no final do mês de junho de cada ano. Estas

modificações resultaram na diminuição do Superávit Técnico de R\$ 53.216 em 2008.

As provisões matemáticas foram reavaliadas pelo atuário responsável na data base de 31 de dezembro de 2008.

A entidade adota o método de crédito unitário projetado para o cálculo das provisões matemáticas de todos os benefícios, exceto os relativos a auxílio reclusão e funeral, que foram avaliados pelos métodos de capital de cobertura e repartição simples, respectivamente. A estrutura do cálculo atuarial contempla aumentos salariais de 1,93% (1,85% em 2007) ao ano, uma taxa de rotatividade média de 0,13% ao ano (0,14% em 2007) e uma taxa de retorno dos investimentos à razão de 6% (6% em 2007) ao ano depois de descontados os efeitos da inflação.

. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, ou seja, aposentadorias e pensões.

. BENEFÍCIOS A CONCEDER

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, conforme descrito a seguir:

- (i) os benefícios do plano com a geração atual correspondem ao valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.
- (ii) outras contribuições da geração atual registram o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes no plano (ou de novos empregados das patrocinadoras), bem como as contribuições a serem recolhidas pelas patrocinadoras sobre o valor dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual.

. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Correspondem à parcela de provisão a constituir relativa ao tempo de serviço anterior e que está sendo integralizada por taxa suplementar

sobre a folha de salários dos empregados da patrocinadora, a vigorar durante 480 meses a contar da data de constituição da entidade, em abril de 1988, e amortizada pelo mesmo prazo.

3.7 Fundos

. PROGRAMA PREVIDENCIAL

O Fundo de Oscilação de Rentabilidade Atuarial, constituído atuarialmente no final do exercício de 2006, para garantir questões que, eventualmente, poderiam vir a interferir na capacidade da fundação em obter a taxa de juros de 6% ao ano, necessária ao equilíbrio atuarial do plano, no valor de R\$ 44.287 (base 31/12/07), foi revertido em dezembro de 2008, o que resultou no aumento do Superávit Técnico acumulado.

. PROGRAMA ADMINISTRATIVO

Permanente . Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no ativo permanente. Sua finalidade é segregar os recursos do programa administrativo dos recursos do programa previdencial, com o objetivo de retirá-lo do ativo líquido que garante as provisões matemáticas.

Financeiro . A contribuição para atender aos gastos administrativos da FIBRA, segundo os procedimentos de execução financeira com relação às contribuições do patrocinador ITAIPU Binacional para a entidade, é repassada pelo limite de 15% das contribuições e as eventuais sobras entre esse limite e o valor efetivamente realizado são mensalmente contabilizadas no fundo administrativo para custeio futuro.

. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer, bem como para quitar débitos previdenciários dos assistidos e pensionistas.

3.8 Transferências Interprogramas

. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

As receitas dos investimentos mensais (correção monetária, juros, deságio, prêmios, dividendos, lucros de venda, etc.), deduzidas das despesas (imposto de renda, IOF, prejuízos na venda, depreciações dos investimentos imobiliários, ágio, etc.), são transferidas para os programas previdencial e administrativo, de acordo com os recursos de cada programa.

. PROGRAMA PREVIDENCIAL

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações dos recursos disponíveis do plano de benefícios e transfere valores para o programa administrativo para cobertura das despesas administrativas.

. PROGRAMA ADMINISTRATIVO

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações do fundo administrativo disponível, além dos valores transferidos do programa previdencial para cobertura das despesas administrativas.

3.9 Custeio Administrativo

As despesas administrativas são contabilizadas no programa administrativo, e a importância gasta em despesas administrativas no exercício de 2008 representou, do total das receitas previdenciárias:

- 15,02% (14,94% em 2007) - considerando todas as despesas administrativas, dos programas previdencial e de investimentos, custeadas pela sobrecarga administrativa (critério contabilizado);
- 8,87% (9,22% em 2007) - considerando o critério permitido pela legislação vigente de custear as despesas de administração do programa de investimentos com recursos do próprio programa de investimentos (critério utilizado pela Secretaria de Previdência Complementar para verificar o cumprimento do limite de 15%).

4. REALIZÁVEL

4.1. Programa previdencial

	2008	2007
Recursos a receber		
Contribuições normais e sobrecarga administrativa	4.144	3.805
Patrocinadora	4.047	3.667
Autofinanciados	97	138
Contribuições extraordinárias – patrocinadora	517	473
Contribuições contratadas – ITAIPU Binacional	86.184	83.940
Outras contratações Rescisão de Dação em Pagamento (nota explicativa 10)	86.184	83.940
	90.845	88.218

4.2 Programa Administrativo

	2008	2007
Despesas futuras	24	21
Adiantamentos	24	21
Outros realizáveis	1	2
Créditos junto a terceiros	1	2
	25	23

4.3 Programa de Investimentos

. RENDA FIXA - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

	2008		2007	
	Custo histórico de aquisição	Valor de Mercado	Custo histórico de aquisição	Valor de Mercado
Debêntures não conversíveis	-	-	15.539	15.630
CDB - Certificado de Depósito Bancário	92.100	98.453	44.760	45.481
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e C	211.397	232.086	127.227	135.854

Fundos de Investimentos				
	2008	2008	2007	2007
Fundo RB Fidúcia HI Institucional FIDC-	1.930	3.171	2.655	4.464
BRZ Crédito Privado FIM	5.878	7.422	5.878	6.650
BB Institucional FI RF	-	-	15.621	15.850
FI Referenciado UBS Pactual Yield DI	6.067	6.103	21.341	21.398
FIC FIDC Caixa UBS Pactual	6.545	10.793	7.903	8.943
FIQ FIDC UBS Pactual Recebíveis	-	-	851	1.649
GAP Institucional FI Multimercado	-	-	10.002	11.171
Itaú Performance RF FI	5.630	5.674	20.000	20.051
Mellon Target FI Multimercado	-	-	10.000	10.977
UBS Pactual CAP Prot IBOV FI Multi	6.000	6.058	-	-
Schoroder Multi Strat Inst FI Multimercado	-	-	13.500	15.837
Votorantim FI Institucional RF	5.245	5.266	21.035	21.245
BNP Paribas Cabernet	-	-	30.000	46.641
UBS Pactual Malbec FI Multimercado	-	-	30.000	50.417

Subtotal – Fundos de Investimentos	37.295	44.487	188.786	235.293
Total de Títulos para Negociação	340.792	375.026	376.312	432.258

. RENDA FIXA - TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	2008		2007	
	Custo Histórico de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva dos Ativos	Custo Histórico de Aquisição	Valor atualizado pela Curva dos Ativos
Certificados de Recebíveis Imobiliários	1.878	4.115	2.381	4.693
Debêntures Não Conversíveis	5.240	8.830	5.955	8.757
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	22.456	33.031
Letras Financeiras do Tesouro – LFT-B	7.790	20.237	11.990	27.694
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B e C	671.179	739.262	485.275	532.160
Total de Títulos mantidos até o vencimento	686.087	772.444	528.057	606.335
Total Renda Fixa	1.026.879	1.147.470	904.369	1.038.593

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa possuem os seguintes vencimentos:

	Para negociação	Mantidos até o vencimento	Total
Até 60 dias	44.487	-	44.487
De 61 a 180 dias	24.382	-	24.382
De 181 a 360 dias	54.409	-	54.409
Acima de 360 dias	251.748	772.444	1.024.192
	375.026	772.444	1.147.470

A classificação dos prazos é apresentada de acordo com os vencimentos dos títulos da carteira própria e dos fundos de investimentos.

Em 2007 foi realizada uma reestruturação no modelo de gestão do segmento de renda fixa e contratação do administrador fiduciário único (Banco Bradesco). Com isso foram extintos a maioria dos fun-

dos exclusivos, através de resgates em ativos, preservando assim, o critério de precificação pela curva de aquisição dos ativos que estavam classificados no grupo de títulos mantidos até o vencimento.

. LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO (LFT-B's)

A FIBRA possui em 31 de dezembro de 2008, R\$ 20.237 em Letras Financeiras do Tesouro (LFT-B's), recebidas do Tesouro Nacional em decorrência dos termos do acordo entre credores e o Estado de Alagoas e do aditamento ao contrato entre a União, FIBRA e o Estado de Alagoas.

Restam pendências judiciais decorrentes do teor da Resolução do Senado Federal nº 53/2002, que introduziu o risco de restituição de valores na hipótese de manifestação final da Justiça pela invalidade dos títulos, risco esse considerado mitigado pela possibilidade de compensação com créditos constituídos ou a constituir, decorrentes de ações judiciais movidas pela FIBRA e de documentos firmados pelo Estado de Alagoas por ocasião do acordo.

Das 96 parcelas previstas, 74 já foram recebidas, sendo 2 em 2002, 12 em 2003, 12 em 2004, 12 em 2005, 12 em 2006, 12 em 2007 e 12 em 2008. O detalhamento dos valores envolvidos no acordo, bem como os reflexos nas demonstrações financeiras da entidade em 2008, estão demonstrados a seguir:

Valor das LFT-B's no início do exercício de 2008, já descontadas as parcelas recebidas até 2007 e o desconto repassado ao Estado de Alagoas por ocasião do acordo firmado	27.694
(+) Rendimentos apropriados no exercício de 2008	2.804
(-) Parcelas recebidas no exercício de 2008	(10.261)
(+) Créditos condicionais a receber, previstos no acordo firmado	7.604
(-) Provisão para perda dos créditos a receber	(7.604)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2008	20.237

. NEGOCIAÇÃO DE TÍTULOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA "TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO"

Visando garantir uma taxa de juros mais elevada por um prazo maior, em 2008 a FIBRA antecipou a substituição de lotes de títulos federais por vencimentos mais longos, junto a fundos exclusivos e da carteira

própria, conforme previsto no art. 1º da Resolução CGPC 15, de 23 de agosto de 2005. As operações de vendas e compras bem como os resultados destas operações estão a seguir demonstrados:

Operação	Quantidade / Título	Carteira / Fundo Exclusivo	Vencimento	Data da Negociação	Valor da Negociação	Valor Atualizado pela Curva do Ativo na Data da Negociação	Resultado da Operação
Venda	30.000 NTN-B	Carteira Própria	15/05/11	12/06/08	48.766	46.509	2.257
Venda	10.000 NTN-B	Carteira Própria	15/11/09	23/10/08	17.683	17.652	31
Total Vendas					66.449	64.161	2.288
Compra	20.917 NTN-B	Carteira Própria	15/05/35	12/06/08	32.510	32.510	-
Compra	10.377 NTN-B	Carteira Própria	15/05/45	12/06/08	16.256	16.256	-
Compra	12.412 NTN-B	Carteira Própria	15/08/24	23/10/08	17.683	17.683	-
Total Compras					66.449	66.449	

. PROVISÕES CDBs DE EMISSÃO DO BANCO SANTOS S.A.

Com a intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos S.A., em 12 de novembro de 2004, a Fundação constituiu provisão de R\$ 16.821, para eventual perda dos CDBs emitidos por este Banco. Esses papéis integravam a carteira do fundo exclusivo Associate-FI administrado pelo Banco Votorantim S.A. Com a extinção do fundo exclusivo, realizado pelo resgate dos ativos, este direito de crédito passou para a carteira própria, estando registrado pelo valor da habilitação na massa falida (R\$ 17.561), com a provisão para perda do mesmo valor.

Em razão da decretação da falência do Banco Santos S.A., ocorrida em 20.09.2005, houve a necessidade de contratação de serviços advocatícios para a habilitação dos créditos junto à massa falida e as providências para a busca de ressarcimento dos créditos da Fundação.

Após diversas reuniões com o grupo de credores constituído pela ABRAPP e em conjunto com outros fundos de pensão, com o objetivo de avaliar as estratégias de ações judiciais, com vistas à recuperação dos ativos do Banco Santos, a Fundação, com aprovação de seu Conselho Deliberativo contratou o escritório de advocacia Ulhôa

Canto, Rezende e Guerra para o acompanhamento do processo de falência, decidindo-se, também, por eventual contratação de outro escritório para a busca de resultados extra-falenciais, caso se revele conveniente.

. RENDA VARIÁVEL

	2008		2007	
	Custo histórico de aquisição	Valor de mercado	Custo histórico de aquisição	Valor de mercado
Fundos Exclusivos				
FIA Merlot	49.661	53.058	7.661	37.120
UBS Pactual FIB Ações	6.737	33.481	6.737	62.801
FI FIB Ações Previdenciário	14.780	38.951	6.481	58.606
Schroder FIB FIA	9.076	40.474	9.076	72.211
Subtotal - Fundos Exclusivos	80.254	165.964	29.955	230.738
Fundos Abertos				
Brascan de Petróleo e Gás	1.813	1.705	1.469	1.423
IP Participações FIA	1.569	5.256	1.571	9.400
OPP Inst Lógica II - Banco Opportunity S.A.	-	-	9.736	58.000
Small CAP FIA - Banco Safra S.A.	-	-	11.172	26.242
FITVM HSBC Valor - HSBC Bank Brasil AS	-	-	7.448	15.818
Logística Brasil FIP	4.620	4.521	2.600	2.309
Intrag - CAP Mezanino - Banco Itaú S.A.	5.731	5.550	1.000	901
BBM Valuation 1 FIA	9.891	5.695	10.000	9.825
Empreendedor Brasil FMIEE	5.654	5.592	3.800	3.737
Mellon Income FIA	24.072	15.990	5.000	4.943
Unibanco Institucional Small Cap FIA	-	-	10.000	9.523
Bradesco FIA Dividendos	19.101	14.225		
FI Votorantim Ações	3.452	2.074		
Itaú Inst. Ibovespa Ativo Ações FI	5.905	3.579		
Bradesco FIA Selection	17.055	10.828		
Bradesco Institucional	5.186	3.260		
Subtotal - Fundos Abertos	104.049	78.275	63.796	142.121
Total de Renda Variável	184.303	244.239	93.751	372.859

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado. Os títulos e valores mobiliários, de Renda Fixa e de Renda Variável, estão custodiados no Banco Bradesco S.A.

. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A entidade procedeu, em abril de 2008, a reavaliação de todos os imóveis componentes dos investimentos imobiliários, suportada por laudo de avaliação dos peritos independentes “EBRAPE - Empresa Brasileira de Avaliação de Patrimônio e Engenharia Ltda”. O método avaliatório utilizado foi o “Método comparativo de dados de mercado”, fundamentado em ampla pesquisa de mercado e envolvendo, além de preços ofertados e/ou comercializados, as características e atributos que exerçam influência no valor. O ganho apurado entre o confronto dos valores reavaliados e os valores contábeis líquidos, no valor de R\$ 8.681, foi incorporado, em 30 de abril de 2008, aos saldos dos investimentos imobiliários, a crédito de receitas do Programa de Investimentos.

Os ativos reavaliados passaram, a partir de maio de 2008, a ser depreciados pela sua vida útil remanescente estimada no referido laudo de reavaliação, ou seja, 35 anos ou 2,86% ao ano.

O detalhamento dos investimentos imobiliários, em 31 de dezembro de 2008, está a seguir demonstrado:

Imóvel	Valor contábil líquido antes da reavaliação	Valor reavaliação em abr/08	Valor resultado da reavaliação	Depreciação maio a dez/08	Saldo em 31/12/08
Edificações para uso próprio	906	1.283	377	20	1.263
Edificações locadas à patrocinadora	7.151	10.200	3.049	156	10.044
Edificações locadas a terceiros	12.670	17.925	5.255	273	17.652
Total	20.727	29.408	8.681	449	28.959

O saldo acima não inclui o valor de R\$ 250 referente a aluguéis a receber.

. AUDITORIA DE GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Em conexão com a Resolução nº 3.456, de 01 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional, foi decidido manter a realização dos trabalhos de auditoria de gestão dos investimentos por nossos auditores externos, com o objetivo de avaliar a pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle utilizados na gestão dos recursos da entidade. O resultado desta auditoria consta em parecer específico, que atende ao disposto na referida Resolução.

. DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

	2008	2007
Renda fixa	1.147.470	1.038.593
Títulos de responsabilidade do governo federal	991.585	728.741
Aplicações em instituições financeiras	147.055	285.465
Títulos de empresas	8.830	24.387
Renda variável	244.239	372.859
Fundos de investimentos	244.239	372.859
Mercado de ações – opções		-
Investimentos imobiliários	29.210	20.915
Edificações	29.210	20.915
Operações com participantes	42.670	39.289
Empréstimos	42.670	39.289
Total do programa de investimentos	1.463.589	1.471.656

5. EXIGÍVEL OPERACIONAL

	2008	2007
Programa Previdencial		
Utilizações a pagar - Provisões	581	512
Outras exigibilidades – seguro de vida e assistência médica	1.775	870
Total Programa Previdencial	2.356	1.382

Do valor de R\$ 1.775, demonstrado em 2008 - “Outras Exigibilidades”, R\$ 1.589, refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, R\$ 132, refere-se ao seguro de vida em grupo dos assistidos e autopatrocinadores e R\$ 54, relativo aos custos de assistência médica hospitalar e odontológica – PAMHO, descontados na folha de pagamento de benefícios de dezembro de 2008 e que serão pagos em janeiro de 2009.

	2008	2007
Programa Investimentos		
Operações com participantes	–	50
Outras exibições – honorários advocatícios	2.066	1.837
Total Programa Investimentos	2.066	1.887

O valor de honorários advocatícios de R\$ 2.066 (R\$ 1.837 em 2007), provisionado no balanço de 2008 em “Outras Exigibilidades”, corresponde ao saldo remanescente e atualizado, a ser pago por ocasião do cumprimento de condições contratuais relativas ao afastamento dos riscos decorrentes do teor da Resolução nº 53/02 do Senado Federal.

6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

6.1 Exigível Contingencial - Programa de Investimentos

Os valores históricos das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos ao exigível contingencial do Programa de Investimentos estão a seguir demonstrados:

Valores Históricos		
	2008	2007
Provisões acumuladas		
IRRF	53.361	53.361
Subtotal das provisões acumuladas	53.361	53.361
Depósitos judiciais realizados	(53.361)	(53.361)
Saldo do exigível contingencial do Programa de Investimentos	0	0

IMPOSTO DE RENDA (IRRF)

Fundamentada em parecer de seus assessores jurídicos, com base em outras teses jurídicas além da imunidade tributária, a entidade interpôs ação cautelar relativa ao IRRF, tendo obtido liminar judicial que possibilitou:

- Depositar judicialmente o valor original devido, do imposto de renda relativo aos 5 anos e optar pela anistia dos juros e multas de que trata a MP 2.222, de 4 de setembro de 2001, sem de-

sistência das ações judiciais e sem renunciar direitos, conforme estabelecido na referida Medida Provisória.

- Depositar judicialmente os valores de IRRF apurados a partir de setembro de 2001, utilizando a alíquota descrita no Regime Especial Tributário (RET).
- Continuar questionando judicialmente a incidência do IRRF, sob as alegações de outras teses, tais como: bitributação, não incidência, isonomia com entidades abertas de previdência (proporcionalidade e razoabilidade).

Na eventualidade de não ter, no julgamento final do mérito, seus pleitos acatados pelo Poder Judiciário a entidade poderá requerer a desistência de todas as ações judiciais relativas aos tributos, além de desistir de qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações, com a consequente reversão dos valores depositados judicialmente em renda da União, de forma a preservar os efeitos da anistia, conforme parecer jurídico.

Para fins de prevenir a decadência de seu direito de cobrar o IRRF discutido na ação judicial e objeto de depósito judicial, a Secretaria da Receita Federal lavrou um primeiro Auto de Infração, no qual lançava de ofício o crédito tributário relativo apenas ao valor do principal do imposto, ou seja, sem multa ou juros de mora.

Posteriormente, porém, a Secretaria da Receita Federal lavrou outro Auto de Infração complementar, em substituição ao primeiro, corrigindo o valor do principal (imposto) lançado, que no primeiro Auto se encontrava a maior. Neste Auto, porém, foi lançado também juros de mora. Apresentada a impugnação ao lançamento, foi julgada improcedente.

Em 22 de setembro de 2004, a FIBRA recebeu da Delegacia da Receita Federal, cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência do IR relativo ao período da anistia, ou seja, 01/1997 a 08/2001, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração complementar emitido contra a FIBRA.

Diante da decisão, a FIBRA apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, onde foi necessário fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02, pois segundo parecer dos advogados que defendem a ação, o Juiz de 1ª

instância deferiu o pedido nos termos solicitados e, que os depósitos judiciais efetuados garantem a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

A Fundação solicitou no Processo Judicial o cancelamento do Auto de Infração, tendo em vista que os valores estão com as suas exigibilidades suspensas em função dos depósitos judiciais, o juiz da 6ª vara da Justiça Federal de Brasília, determinou o cancelamento do Auto de Infração, pois além do desrespeito do Fisco à ordem judicial, que garantiu a FIBRA o direito de depositar judicialmente o IRRF discutido, para assegurar a anistia, no Auto de Infração, foram aplicados juros de mora a partir do vencimento da obrigação tributária, o que eleva o valor exigido do imposto.

A pedido da Fazenda Pública Nacional, o mesmo Juiz Federal revogou sua decisão que havia determinado o cancelamento do Auto de Infração.

O recurso voluntário no Conselho de Contribuintes foi julgado improcedente, sendo que o relator alegou que quando findo o processo judicial, a fundação deveria recolher somente aquilo que o juiz estipulasse como devido.

Diante da decisão desfavorável e com orientação de seus consultores jurídicos, a FIBRA, em junho de 2006, apresentou Embargos de Declaração, alegando contradições e omissões na decisão do Conselho de Contribuintes. Caso haja nova decisão desfavorável no julgamento dos Embargos de Declaração, a fundação poderá ainda entrar com Recurso Especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Sem prejuízos dos direitos discutidos nas ações individuais, em que vem discutindo a exigibilidade do IR, em dezembro de 2005, a Fundação desistiu das ações coletivas impetradas pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), em atendimento ao disposto no artigo 94, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Em dezembro de 2004, a FIBRA contratou o Dr. Marco Aurélio Greco, para emitir parecer acerca das teses que vem sendo defendidas judicialmente, cuja opinião será fundamental no julgamento do processo.

Em setembro de 2006, a FIBRA obteve, por meio de seus advogados,

junto à 6ª Vara Federal de Brasília a emissão de Ofício judicial determinando a alteração da correção da conta de TR para SELIC. Com isso a conta dos depósitos judiciais deverá passar a ser corrigida, pela SELIC e não mais pela TR, como vinha ocorrendo. Resta a pendência quanto à correção do período passado, em que a conta vinha sendo corrigida pela TR, sendo que a FIBRA já pleiteou a regularização do saldo, visto que a determinação judicial é para correção anterior e futura dos depósitos judiciais.

A consultoria tributária Junqueira de Carvalho, Murgel & Brito Advogados e Consultores emitiu parecer em 2008, ratificando que inexistente razão qualquer a motivar a realização de provisionamento dos valores correspondentes à diferença entre o montante depositado e o montante apurado como débito no Auto de Infração, nem a realização de depósitos judiciais adicionais.

6.2 Exigível Contingencial - Programa Administrativo

. CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS) E PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)

O Supremo Tribunal Federal (STF) ao analisar a constitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, que trata da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e para o Programa de Integração Social (PIS), entendeu que somente existirá base de cálculo das mencionadas contribuições se houver faturamento, ou seja, venda de mercadorias ou de prestação de serviços ou a combinação de ambos.

A base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecida para os fundos de pensão é lastreada na referida lei e resulta na soma do custeio administrativo (sobrecarga administrativa) e na remuneração do fundo administrativo, não sendo, portanto, faturamento.

Com base na decisão do STF e em parecer jurídico, a FIBRA interpôs ação judicial visando o reconhecimento da não sujeição ao recolhimento das referidas contribuições sobre o custeio administrativo (sobrecarga administrativa e remuneração do fundo administrativo), tendo obtido liminar que permitiu depósito judicial dos valores da COFINS e do PIS, relativos a fatos geradores a partir da competência de agosto de 2008. A ação visa, ainda, à recuperação dos valores de PIS e COFINS que foram recolhidos após o encerramento das ações, relativa à anistia instituída pela MP nº 2.222/01.

Os valores históricos das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos às contribuições para o PIS e para a COFINS estão a seguir demonstrados:

Valores históricos		
	2008	2007
Provisões acumuladas		
COFINS	78	-
PIS	13	-
Subtotal das provisões acumuladas	91	-
Depósitos judiciais realizados	(91)	-
Saldo do exigível contingencial do Programa Administrativo	0	0

7. EXIGÍVEL ATUARIAL

A composição do exigível atuarial, em 31 de dezembro de 2008, e respectiva movimentação no exercício findo nesta data é a seguinte:

	2008	2007
Provisões Matemáticas		
Benefícios Concedidos	868.459	728.388
Benefícios do plano	868.459	728.388
Benefícios a Conceder	579.404	536.944
Benefícios do plano com a geração atual	823.977	749.464
(-) Outras contribuições da geração atual	(244.573)	(212.520)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir – Serviços passados	(42.186)	(41.041)
Reservas a amortizar	(42.186)	(41.041)
Total de Provisões Matemáticas	1.405.677	1.224.291

A movimentação das provisões matemáticas no exercício foi a seguinte:

No início do exercício	1.224.291
Constituição no exercício de 2008	181.386
Saldo no final do exercício de 2008	1.405.677

8. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representam os resultados acumulados obtidos pela entidade e registrado na conta de resultados realizados.

9. FUNDOS – PROGRAMA ADMINISTRATIVO

A constituição nos exercícios findos em 31 de dezembro, foi efetuada da seguinte forma:

	2008	2007
Fundo administrativo permanente	407	371
Saldo inicial	371	415
Constituição/Reversão	36	(44)
Fundo administrativo financeiro	13.042	12.956
Saldo anterior	12.956	10.784
Custeio administrativo do exercício	7.921	7.465
Outras receitas administrativas	6	-
Despesas administrativas do exercício	(7.939)	(7.442)
Remuneração do fundo	105	2.080
Constituição/Reversão do fundo administrativo do financeiro para o permanente	(36)	44
Reversões/Constituições de contingências	29	25
Saldo dos Fundos do Programa Administrativo	13.449	13.327

10. OUTRAS CONTRATAÇÕES COM O PATROCINADOR - ITAIPU – RESCISÃO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

O "Instrumento Particular de Rescisão de Dação em Pagamento" foi assinado, entre a FIBRA e o patrocinador ITAIPU Binacional, em 18 de dezembro de 2003 e contemplou todos os aspectos exigidos pela Resolução CGPC nº 17, de 11 de julho de 1996. Cópia do contrato foi remetido para a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) em 22 de dezembro de 2003, atendendo as disposições legais. Após o envio de documentos complementares solicitados pela PREVIC -

Superintendência Nacional de Previdência Complementar, órgão governamental que substituiu a SPC, durante alguns meses de 2005, em 13 de junho de 2005, por meio do Ofício nº 744/PREVIC/DITEC/CGAT, a Rescisão da Dação em Pagamento e Outras Avenças entre a FIBRA e o patrocinador ITAIPU, foi aprovada.

As parcelas do montante contratado estão sendo pagas por ITAIPU em 230 parcelas, sendo que em 2008, foram pagas 12 parcelas, todas atualizadas pelo INPC e juros reais de 6% ao ano, sendo posteriormente, ajustadas pela Rentabilidade Mínima Atuarial (RMA), apurada anualmente.

Os efeitos desta operação no patrimônio da FIBRA em 31 de dezembro de 2008 estão demonstrados no quadro a seguir:

Outras contratações com o Patrocinador – Rescisão da Dação em Pagamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2007	83.940
(-) 12 parcelas pagas em 2008	(8.703)
(+) Valor da atualização e juros da dívida em 2008	10.947
= saldo em 31/12/08	86.184

11. DÉBITO DO PATROCINADOR NO CASO DE RETIRADA HIPOTÉTICA

De acordo com a nota técnica atuarial do atuário independente, a reserva matemática em 31 de dezembro de 2008, considerando a retirada hipotética do Patrocinador, calculada conforme a interpretação da Resolução CPC nº 06/88, alcançou o valor de R\$ 1.400.244 (R\$ 1.260.348 em 2007), feita dentro do princípio de "Benefícios com direitos já acumulados", avaliada retirando-se a projeção de crescimento real de salário e considerando-se o "turnover" nulo.

Silvio Renato Rangel Silveira
Diretor Superintendente
CPF 514.772.629-20

Denyse Gubert Rocha
Diretora Administrativa e Financeira
CPF 510.083.789-68

Flórcio Medeiros da Costa
Diretor de Seguridade
CPF 425.879.210-15

Evenilson de Jesus Balzer
Contador - CRC 22608/PR
CPF 470.099.429-00

PARECER ATUARIAL 2008

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido vigente na FIBRA, considerando um Ativo Líquido de R\$ 1.535.299 mil (igual a R\$ 1.491.012 mil mais R\$ 44.287 mil) em 31/12/2008, é superavitária e está sendo apresentada considerando a reversão do Fundo Previdencial de R\$ 44.287 mil, que foi constituído por prudência atuarial, desde o final do exercício de 2006.

1.1) Assim, se mantidas as mesmas metodologias de cálculo atuarial (formulações, regimes e métodos de avaliação atuarial), bem como as mesmas hipóteses atuariais, utilizadas na avaliação atuarial do ano de 2007, em 31/12/2008, a situação atuarial desse Plano apresentaria um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 183.281 mil, equivalente a 11,94% do Ativo Líquido, de R\$ 1.535.299 mil.

1.2) A situação atuarial desse Plano, que está refletida no Balanço de 31/12/2008, apresenta um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 129.622 mil, equivalente a 8,44% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 1.535.299 mil. Os ajustes nos parâmetros e demais questões inerentes à variação do passivo, estão apresentados a seguir, incluindo os impactos correspondentes:

Valores em R\$ mil

Referência	Impacto na Situação Atuarial do Plano de 31/12/2008
(a) Ajuste nos Parâmetros de Crescimento Real de Salário e de Rotatividade	(664)
(b) Adequação no procedimento de cálculo do Benefício Projetado, aplicando-se a projeção de crescimento salarial sobre o SRB, deduzindo-o do FCS atualizado pelo indexador do Plano.	29.941
(c) Reajuste real de 1% na Tabela Salarial pelo Acordo Coletivo de Novembro de 2008	16.520
(d) Ajuste no Fator de Capacidade do Benefício de 98,00% para 98,10%.	1.433
(e) Provisão do IPCA de novembro/08 (0,36%)	5.986
(f) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e) Total	53.216

2) Em relação à composição familiar, manteve-se a premissa de Família Média com agravamento de 22,6%, para os benefícios de pensão por morte dos participantes ativos e assistidos (ainda não falecidos), considerando a realidade da diferença média da ordem de 6 anos de idade entre os atuais participantes assistidos e respectivos beneficiários vitalícios (cônjuge ou equivalente), visando evitar a descontinui-

dade no cálculo do passivo em relação aos dois grupos, no momento da aposentadoria, mantendo assim, o equilíbrio entre as Reservas de Benefícios a Conceder (risco iminente) e as Reservas de Benefícios Concedidos. Em relação aos benefícios já concedidos de pensão por morte, foi mantida a adoção da família efetiva. A premissa de Família Média permanece sob monitoramento para fins de aprimoramento no futuro.

3) Em relação às hipóteses de projeção de crescimento real de salário e de rotatividade (aqui entendida como saída do Plano sem direito a receber benefício), conforme também já destacado e mencionado no item 2, houve atualização das escalas, utilizando-se como base os dados dos participantes da FIBRA, posicionados nos meses de dezembro, relativos aos anos de 1994 a 2007, sendo que no ano de 2008, a base de dados foi posicionada em agosto de 2008. Para atualizar a escala de rotatividade foram utilizadas as informações referentes aos participantes que se desligaram da FIBRA e efetuaram resgate neste intervalo de tempo. Na aplicação da metodologia utilizada para refletir com aderência tais hipóteses, obteve-se resultados diferentes do ano 2007, ou seja, crescimento real médio de salário: 1,93% ao ano em 2008 versus 1,85% ao ano em 2007 e rotatividade média anual: 0,13% em 2008 versus 0,14% em 2007. Isto deve-se à modificação da massa causada pelo ingresso de novos participantes e dos desligamentos decorrentes do PDI (Plano de Desligamento Incentivado) e do PPDV (Programa Permanente de Desligamento Voluntário).

4) Permaneceram sem qualquer alteração as demais hipóteses atuariais adotadas:

- i) Taxa real de juros/desconto: Mantida em 2008 no mesmo nível de 6% ao ano, adotado em 2007;
- ii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Mantido em 2008 no mesmo nível de 100%, adotado em 2007, já que, da mesma forma de 2007, se está trabalhando com a média atualizada do Salário Real de Benefício (SRB) definido no Regulamento do Plano; e
- iii) Tábuas Biométricas: Mantidas em 2008 as mesmas Tábuas Biométricas utilizadas em 2007 (Mortalidade Geral: q_x da AT-2000 / Mortalidade de Inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 / Entrada em Invalidez: i_x da LIGHT MÉDIA / Mortalidade de Ativos: q_x^{aa} obtido pelo Método de Hamza, a partir dos referidos valores de $q_x / q_x^i / i_x$).

5) Devemos destacar que este Plano de Benefício Definido da FIBRA possui em carteira própria papéis que levará até o vencimento com taxas atreladas à inflação, com “spread” superior à meta atuarial de 6% ao ano, cujo registro contábil, nos termos do artigo 3º da Resolução CGPC nº 04/2002, está sendo feito pelo custo de aquisição, acresci-

dos dos rendimentos auferidos conforme taxa pactuada. A diferença entre o valor contabilizado e o valor de mercado destes títulos reduziria em R\$ (850) mil o superávit existente. A capacidade financeira relativa à adoção de procedimento de registro de títulos classificados como “títulos até o vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de receitas e despesas projetados, atuarial e financeiramente, para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

6) A rentabilidade nominal líquida efetivamente obtida ao longo de 2008 pela FIBRA, nas aplicações financeiras deste Plano, utilizando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de 0,97%, o que representou:

- i) Em relação ao IPCA do IBGE aplicado com um mês de defasagem (ou seja, em relação ao indexador atuarial projetado, ao final de 2007, para o ano de 2008) no período de janeiro a dezembro de 2008, mais juro atuarial de 6% a.a.: -10,47 %; e
- ii) Em relação ao IPCA aplicado com um mês de defasagem incorporado do reajuste salarial adicional de 1% dado no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de Novembro de 2008, na Tabela Salarial do Patrocinador, no período de janeiro a novembro de 2008 e em relação ao novo índice de reposição salarial, acordado para os reajustes salariais futuros do Patrocinador, mais juro atuarial de 6% a.a.: -12,36 %.

7) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e do Ativo Líquido deste Plano do final do ano de 2007 para o final do ano 2008, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Valores em R\$ mil

Referência	31/12/2007	31/12/2008	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	728.388	868.459	19,23 %
Provisão de Benefícios a Conceder	536.944	579.404	7,91 %
Provisão Matemática a Constituir	(41.041)	(42.186) (1)	2,79 %
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	1.224.291	1.405.677	14,82 %
Resultado do Ano	61.533	(143.799)	(333,69 %)
Resultado Técnico Acumulado	273.421	129.622 (2)	(52,59 %)
Ativo Líquido do Plano	1.497.712	1.535.299	2,51 %

(1): A ser amortizada pelo pagamento pela ITAIPU BINACIONAL da Contribuição Suplementar de 2,32% da sua Folha Salarial a vigorar durante 480 meses a contar de abril de 1988 (restando, portanto, 231 meses a contar, inclusive, de janeiro de 2009, para o término da vigência dessa contribuição amortizante).

(2): Incluso a reversão do Fundo Previdencial de R\$ 49.947 mil.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2008, a idade média dos participantes ativos é de 41,80 anos, desconsiderando-se, a exemplo do registrado no DRAA de 2007, os que constituem os riscos iminentes. Se considerados todos os participantes ativos, essa idade média na avaliação atuarial de 2008 é de 43,55 anos.

8) Na evolução das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) desde o encerramento do exercício de 2007 até o encerramento do exercício de 2008, os impactos que merecem destaque são os seguintes:

- i) Acréscimo de 7,91% na Provisão de Benefícios a Conceder decorrentes, entre outros aspectos, do resultado líquido dos seguintes fatores:
 - Reajuste realizado, em novembro de 2008, na Tabela Salarial do Patrocinador de 7,4741% (sendo 6,41% referente ao IPCA do IBGE acumulado de novembro/2007 a outubro/2008 e sendo 1% referente a ganho real);
 - Novas inscrições de participantes com repercussões na idade média e na remuneração média dos participantes ativos;
 - Embora mantidas as metodologias de cálculo dos parâmetros relativos à projeção de crescimento real de salário e à projeção de rotatividade, a taxa real de crescimento real de salário subiu de 1,85% ao ano em 2007 para 1,93% ao ano em 2008 e a taxa de rotatividade (saída sem direito a benefícios) caiu de 0,14% ao ano em 2007 para 0,13% ao ano em 2008;
 - Adequação no procedimento de cálculo do Benefício Projetado, aplicando-se a projeção de crescimento salarial sobre o SRB, deduzindo-o do FCS atualizado pelo indexador do Plano; e
 - Ajuste no Fator de Capacidade do Benefício decorrente da Antecipação para o mês de junho de cada ano de 50% do Benefício de Abono Anual.
- ii) Acréscimo de 19,23% na Provisão de Benefícios Concedidos decorrentes, entre outros aspectos, do resultado líquido dos seguintes fatores:
 - Acréscimo do número de assistidos, que passou de 1.037 em novembro/2007 para 1.127 em novembro de 2008, sendo 987 benefícios de aposentadorias e 140 benefícios de pensão por morte;
 - Reajuste realizado, em novembro de 2008, na Tabela Salarial do Patrocinador, que é também aplicado aos benefícios concedidos, de 7,4741% (sendo 6,41% referente ao IPCA do IBGE acumulado de novembro/2007 a outubro/2008 e 1% referente a ganho real); e

- Ajuste no Fator de Capacidade do Benefício decorrente da Antecipação para o mês de junho de cada ano de 50% do Benefício de Abono Anual.

iii) Acréscimo de 2,79% na Provisão Matemática a Constituir decorrente, entre outros aspectos, do resultado líquido dos seguintes fatores:

- Variação no valor da folha de remuneração do Patrocinador;
- Aumento do percentual médio de crescimento real de salário de 1,85% ao ano em 2007 para 1,93% ao ano em 2008; e
- Redução do prazo remanescente de vigência da contribuição suplementar patronal de 2,32% da folha salarial, de 243 meses para 231 = 243 – 12 meses.

9) A Contribuição Normal Pura (que exclui sobrecarga administrativa) vigente, atuarialmente determinada, de 24,52% da folha do Salário Real de Contribuição (já considerando a inclusão do correspondente às jóias de ingresso que estão sendo pagas) encontra-se um pouco acima do Custo Normal Puro (que exclui sobrecarga administrativa), atuarialmente reavaliado ao final de 2008, de 23,24% da folha do Salário Real de Contribuição. Tal fato significa que a Contribuição Normal Pura, que vem sendo praticada, está ligeiramente acima do Custo Normal Puro reavaliado no encerramento do exercício de 2008, sendo que, por indicação atuarial, eventual redução ou ajustes na Contribuição Normal Pura vigente, somente deverão ser feitos após análises de tendências de longo prazo nas hipóteses atuariais adotadas observada a legislação aplicável.

10) O total das Provisões Matemáticas, em 31/12/2008, considerando um hipotético saldamento deste Plano de Benefício Definido, com a concessão de um benefício proporcional ao tempo averbado de filiação ao Plano para os participantes não assistidos e com a continuidade do pagamento dos benefícios já concedidos (incluindo a garantia do pagamento dos benefícios diferidos), foi avaliado considerando nulos tanto o crescimento real de salário quanto a rotatividade, tendo sido obtido como resultado o valor de R\$ 1.400.244 mil, que encontra plena cobertura no Ativo Líquido do Plano, então existente, de R\$ 1.535.299 mil, sendo relevante ressaltar quanto a essa situação, que a descontinuidade de um Plano de Benefícios Previdenciários de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar apresenta questões que ultrapassam os aspectos quantitativos considerados na avaliação atuarial aqui realizada, devendo ser tais questões, previamente anali-

sadas com profundidade, caso, por qualquer motivo, um cenário de descontinuidade venha a se apresentar.

11) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Provisão Matemática a Constituir e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais e os regimes atuariais de financiamento referidos no item 1 deste Parecer Atuarial (e registrados no Anexo A e na folha 1/3 deste DRAA - *Nota da FIBRA: disponível no original deste parecer*) e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIBRA, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2008, refletida neste DRAA.

12) A destinação do Superávit Técnico Acumulado, que está totalmente registrado como Reserva de Contingência, é a de dar cobertura à ocorrência de eventuais desvios desfavoráveis em relação às hipóteses atuariais adotadas, em especial, às relativas à mortalidade (sobrevivência) e à taxa de retorno dos investimentos.

13) Deve-se destacar a participação do Grupo de Trabalho constituído no âmbito da FIBRA com participação da ITAIPU e de representantes dos empregados, desde o exercício de 2005, na busca do objetivo de se estar permanentemente realizando verificação das aderências das hipóteses atuariais e da razoabilidade dos regimes / métodos de financiamento atuariais, tendo em vista possíveis ocorrências de mudanças na Política de Recursos Humanos do Patrocinador ITAIPU BINACIONAL e seus reflexos sobre as hipóteses e regimes / métodos de financiamento adotados e, conseqüentemente, sobre a situação atuarial do Plano de Benefício Definido vigente na FIBRA.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2009.

José Roberto Montello – Atuário – MIBA nº 426

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1º representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2009.

Marcello Palamartchuk

Sócio - Contador
CRC 1PR049038/O-9
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" PR

Gilberto de Souza Schlichta

Diretor
CRC 1PR035508/O-5
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" PR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2008, e respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício e do Fluxo Financeiro, encerrados em 31 de dezembro de 2008, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2008, e, embasados nos pareceres da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda e dos Auditores Independentes BDO Trevisan Auditores Independentes, são de opinião que as aludidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira da Fundação, merecendo a aprovação do Conselho Deliberativo.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2009.

Salomão Galperin

Presidente

Emílio Ruiz Gomes

Conselheiro

José Carlos Siqueira Peçanha

Conselheiro

Simone Rogoginski

Conselheira

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social – FIBRA, no uso de suas atribuições estatutárias, examinou o Relatório de Gestão e a prestação de contas constituída de: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Fluxo Financeiro, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, devidamente acompanhados do Parecer da auditoria externa BDO Trevisan Auditores Independentes, pelo Parecer Atuarial da Consultoria Atuarial, Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberando pela aprovação dos documentos mencionados no inciso II do Art. 20, do Estatuto da FIBRA, relativo ao exercício de 2008.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2009.

Antonio José Correia Ribas

Presidente

Ariel da Silveira

Conselheiro

Luiz Antonio Schwanz de Lima

Conselheiro

José Ricardo da Silveira

Conselheiro

Sérgio Possolo Gomes

Conselheiro

Reinaldo Rodrigues

Conselheiro

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2009

(Resumo - em atendimento a Resolução CGPC nº 23 de 06 dez. 2006)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Silvio Renato Rangel Silveira	514.772.629-20	Superintendente

Conforme parágrafo 5º, do Artigo 35 da Lei Complementar nº 109, 29/05/2001 e Artigo 56 do Anexo da Resolução CMN 3.456 de 01/06/2007.

Objetivos da Gestão: A gestão dos recursos da FIBRA é realizada internamente e por intermédio de gestores contratados. O estilo de gestão adotado deve ser ativo, atuando em todos os mercados permitidos pela legislação em vigor, com vistas a se obter os retornos necessários aos objetivos definidos na Política de Investimentos, levando-se sempre em consideração o limite de risco da FIBRA e a característica de seu passivo.

Taxa Mínima Atuarial/Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2009 a 12/2009	IPCA	6,00%

Alocação de Recursos				
Segmento	Investimento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	65,00 %	79,00 %	69,00 %
Renda Variável	Empresas com IGC/ Bovespa	15,00 %	32,00 %	26,00 %
Imóveis	Investimento Visando Alugueis e Renda	1,00 %	4,00 %	2,00 %
Empréstimos	Empréstimo	2,00 %	7,00 %	3,00 %

Derivativos			
Limite Máximo para Proteção:	100%	Limite Máximo para Exposição:	100%

Alocação/Derivativos – Proteção+Exposição não pode ultrapassar o Patrimônio Líquido, Conf. Res. nº 3.456.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

A determinação do cenário macroeconômico considera uma média das informações dos agentes do mercado financeiro consultados e os dados da Pesquisa Focus, de 5 de setembro de 2008, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O quadro a seguir apresenta as taxas médias simuladas para cada ano, ressaltando-se que estes números possuem níveis de incerteza vinculadas às curvas de distribuição de probabilidade utilizadas no modelo de ALM - *Asset Liability Management*.

Cenário Macroeconômico					
Taxa Real (% a.a.) em relação ao IPCA					
Ano	IPCA	SELIC	IBOVESPA	CRÉDITO + PRÊMIO	IGP-M
2009	5,00	8,33	15,38	9,18	0,48
2010	4,50	7,18	14,14	7,83	0,00
2011	4,50	6,22	13,12	6,72	0,00
2012	4,45	5,55	12,41	6,21	0,05
2013	4,45	5,55	12,41	6,15	0,05
2014	4,45	5,50	12,36	5,83	0,05
2015	4,45	5,50	12,36	5,78	0,05
2016	4,45	5,25	12,09	5,51	0,05
2017	4,45	5,25	12,09	5,51	0,05
2018	4,45	5,00	11,83	5,25	0,05
2019	4,45	5,00	11,83	5,25	0,05
2020	4,45	4,75	11,56	4,99	0,05
2021	4,45	4,75	11,56	4,99	0,05
2022	4,45	4,50	11,29	4,73	0,05
2023	4,45	4,50	11,29	4,73	0,05

ÍNDICE DE REFERÊNCIA (BENCHMARK)

- Segmento de Renda Fixa: O desempenho será comparado com o *benchmark* composto pela ponderação entre os fatores de risco componentes do estudo de ALM e os subíndices da família do Índice de Mercado Andima (IMA) correspondentes: IMA-B=IPCA 73,6%, IMA-C=IGP-M 8,8%, IMA-S=Selic 16,2%, IRF-M=PRÉ (LTN) 1,4%;
- Segmento de Renda Variável: Será utilizado o benchmark híbrido: 40% IBOVESPA + 60% IBRX-50;
- Segmento de Imóveis: IPCA acrescido de juros de 6% a.a.;
- Segmento de Empréstimos a Participantes: INPC acrescido de juros de 6% a.a.;
- Carteira Consolidada de Investimentos: IPCA acrescido de juros de 6% a.a..

SOBRE A ALOCAÇÃO DO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

Com base nos estudos realizados da carteira de investimentos e do passivo atuarial, a Política de Investimentos definiu as seguintes alocações para o segmento de renda variável: a) Carteira de Ações: 26%, com um limite de 5% para mais ou para menos, de forma a ser realizado um balanceamento na carteira, caso os limites superiores ou inferiores sejam atingidos; b) Carteira de Participações: 3% a 7% dos recursos totais, com ponto ótimo em 3% do financeiro aportado; c) Carteira de Renda Variável – outros: 0% a 3% dos recursos totais, com ponto ótimo em 1,5%.

LIMITE MÁXIMO DE DIVERSIFICAÇÃO

Ativos de Renda Fixa			
	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Pessoa Jurídica Não Financeira	5,00 %	0,00 %	0,00 %
Instituição Financeira	5,00 %	0,00 %	0,00 %
FIDC	10,00 %	0,00 %	0,00 %
Companhias Abertas			
Por Capital Votante: 20,00 %	Dos Recursos Garantidores: 10,00 %	Por Capital Total: 20,00 %	
Sociedades de Propósito Específico			
Por Projeto: 25,00 %	Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras: 25,00 %		
Imóveis			
Por Imóvel: 4,00 %	PL do Fundo: 25,00 %		

Limites / Imóveis – Por Imóvel = 4% do Patrimônio da Fundação e PL do Fundo = 2,5% do PL de Fundos Imobiliários. Proteção + Exposição não pode ultrapassar o PL, Conf. Res. nº 3.456.

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado

- Segmento de Renda Fixa (VaR): 1,5% do valor alocado neste segmento;
- Segmento de Renda Variável: Controle do risco ativo das carteiras/fundos, que estará limitado a uma perda de no máximo 8,0% ao ano em relação ao seu benchmark.

Risco de Crédito

- O risco de crédito bancário: Os Títulos Privados de emissão de instituições financeiras terão seus limites (valores e prazos) definidos para cada instituição segundo os critérios de consultoria externa contratada para este fim (atualmente o critério adotado é o do RiskBank que é emitido pela consultoria Lopes Filho & Associados Consultoria de Investimentos). Cumulativamente a avaliação do RiskBank, os bancos classificados deverão apresentar avaliação de pelo menos uma agência de ratings (S&P, Moodys, Fitch e SR Ratings) obtendo desta a classificação mínima correspondente ao "BBB.bra" estável.

- O limite máximo por instituição financeira estará restrito a 1,5% da carteira de investimentos da FIBRA, desde que não ultrapasse o limite definido pelo critério do RiskBank.

A FIBRA poderá aplicar no máximo 15% de sua carteira de investimentos em títulos de valores mobiliários de emissão de bancos (CDB/RDB, CCB, Comercial Papers e Debêntures), quando o título não tiver rating próprio.

Crédito Corporativo: Será solicitado um rating de no mínimo "BBB" estável, para operações com prazo igual ou inferior a três anos; um rating mínimo de "A" estável, para operações superiores a três anos e inferiores a 10 anos; e um rating mínimo de "AA" estável, para operações iguais ou superiores a dez anos.

Além destes riscos, a FIBRA monitora os riscos de Liquidez, Legais e Operacionais.

GESTÃO DE RECURSOS

A FIBRA faz gestão própria de parte dos ativos e possui 15 gestores para a parcela da carteira terceirizada. Estes gestores são avaliados, anualmente, tendo como parâmetros os objetivos de cada segmento.

Os principais critérios para a contratação dos gestores são:

- Qualitativos: Estrutura de Suporte e de Controle, Práticas de Marcação a Mercado, Capacidade Técnica, Histórico da Empresa e dos Controladores.
- Quantitativos: Total de Recursos Administrados, Custos, Riscos Incorridos e Rentabilidade Histórica auferida.
- Estratégia de formação de preços: Os ativos serão valorizados a níveis vigentes no mercado, exceto aqueles de maior prazo a serem levados a vencimento, os quais serão valorizados pela taxa de aquisição.
- Hedge: A FIBRA poderá efetuar operações de hedge visando à proteção dos ativos componentes de suas carteiras de investimentos, sempre que os estudos técnicos assim recomendarem.

A participação em Assembléias de Acionistas fica delegada às instituições contratadas para a gestão dos fundos.

A Política de Investimentos da FIBRA, na íntegra, está disponível no site www.fundacaoitapu.com.br ou, se desejar, solicite cópia impressa.

RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Este informativo atende ao disposto no Art. 17 da Resolução CGPC nº. 13 de 01/10/2004, Art. 7º Anexo da Resolução CMN 3.456 de 01/06/2007, Art. 3º da Resolução CGPC nº. 23 de 06/12/2006 e Instrução Normativa SPC nº. 14 de 18/01/2007 que disciplinam a divulgação de informações aos participantes.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL, EM ATENDIMENTO AO ART. 3º DA RESOLUÇÃO CMN Nº 3.456

O Conselho Fiscal em sua reunião ordinária de 18 de janeiro de 2009 emitiu parecer favorável sobre a aderência da gestão dos recursos no 2º semestre de 2008, em relação à Política de Investimentos e legislação pertinente, conforme estabelecido no Art. 62º do Anexo da Resolução CMN nº 3.456, de 01/06/2007, e ao art. 19º da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01/10/2004. Os itens analisados constam do presente demonstrativo.

1. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

(Inciso I do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Composição dos Investimentos	Posição em 2007		Posição em 2008		Limites Política Faixas de Alocação		Limites 3.456
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Mín	% Máx	
Total das Aplicações	1.469.884.971	100,00	1.461.694.267	100,00	15,13	-	-
Renda Fixa	1.036.756.612	70,54	1.145.404.142	78,36	50	75	100
Renda Variável	372.858.553	25,37	244.238.978	16,71	22	37	50
Imóveis	20.914.872	1,42	29.210.461	2,00	1	5	11
Empréstimos	39.289.498	2,67	42.669.932	2,92	2	7	15
Disponível em caixa	65.436	0,00	170.754	0,01	-	-	-

2. TAXA MÍNIMA ATUARIAL E RENTABILIDADES

(Inciso IV, V e VIII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Segmento	Benchmark	2007		2008	
		% Rent	% Benchmark	% Rent	% Benchmark
Renda Fixa	IMA Balanceado	12,96	12,67	14,48 ⁽¹⁾	9,63
Renda Variável	40% IBOV+60% IBRX-50	36,92	48,36	-39,83 ⁽²⁾	-42,38
Imóveis	0,9% a.m.	10,64	11,35	54,78 ⁽³⁾	11,35
Operações c/ Participantes	INPC+6% a.a.	13,81	11,47	16,61	12,87
Rentabilidade Total	INPC+6% a.a.	17,76	11,47	0,95 ⁽⁴⁾	12,87

(1) Rentabilidade da carteira de renda fixa com ativos marcados a mercado é 15,13%.

(2) Rentabilidade da carteira de ações, sem considerar os fundos de participação (FIP) é -40,97%.

(3) Rentabilidade da carteira de imóveis locados é 60,21%.

(4) Rentabilidade geral com ativos marcados a mercado é -0,51%.

3. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA ⁽⁵⁾ (EM RELAÇÃO AO INPC+6% a.a.)

(IN SPC 14 de 18/01/2007 e IN SPC 21 de 07/04/08)

Segmento	Meses	Segmento de Renda Fixa	Segmento de Renda Variável	Segmento de Empréstimos	Segmento de Imóveis	Carteira de Investimentos	TMA (Mensal)
2008	Jan	0,08	-11,76	-0,05	-0,39	-2,92	1,18
	Fev	0,27	6,88	0,71	-0,36	1,80	0,97
	Mar	-0,48	-7,71	0,40	0,17	-2,23	1,00
	Abr	0,20	7,93	0,00	45,92	2,62	1,13
	Mai	-0,28	9,29	-0,24	-0,96	2,03	1,45
	Jun	0,07	-10,47	-0,06	-3,20	-2,74	1,40
	Jul	0,24	-10,72	0,60	-0,45	-2,42	1,07
	Ago	0,23	-7,04	0,92	0,84	-1,34	0,70
	Set	0,02	-9,85	0,69	-0,82	-2,08	0,64
	Out	-0,39	-24,24	-0,08	-0,31	-5,06	0,99
	Nov	0,48	0,03	-0,02	-0,22	0,38	0,87
	Dez	1,00	1,58	0,43	-0,14	1,06	0,78
%	Acumulado 12 meses	1,61	-52,70	3,74	41,91	-11,92	12,87

Divergência Não Planejada - Atendimento às Instruções Normativas da SPC nº 14, de 18/01/2007 e nº 21, de 07 de abril de 2008. Refere-se à diferença entre a rentabilidade de cada segmento e a Taxa Mínima Atuarial - TMA (INPC + 6% ao ano), mês a mês, calculada pelo fluxo diário dos ativos.

(5) As justificativas técnicas constam em relatórios específicos, atestadas pelo Administrador Estatutariamente Tecnicamente Qualificado e entregue ao Conselho Fiscal. O documento original encontra-se a disposição da Secretaria de Previdência Complementar.

4. DETALHAMENTO DE INVESTIMENTOS EM 31/12/2008

(Inciso II do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR (R\$)	% APLIC.
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS		1.461.694.267,70 ⁽⁶⁾	95,27 ⁽⁶⁾
DISPONÍVEL/IMEDIATO	Própria	170.753,95	0,01
A - SEGMENTO DE RENDA FIXA		1.145.404.142,31	78,37
A1 - TÍTULOS DA CARTEIRA PRÓPRIA	Própria	1.102.983.153,45	75,44
1 - TÍTULOS PÚBLICOS		991.584.561,16	67,83
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		991.584.561,16	67,83
NTN - Notas do Tesouro Nacional		971.347.227,98	66,45
LFT - B - Letras Financeiras do Tesouro - Série B		20.237.333,18	1,38
2 - TÍTULOS PRIVADOS		111.398.592,29	7,61
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		111.398.592,29	7,61
1 - Certificados de Recebíveis		4.115.207,40	0,28
Rio Bravo Securitizadora		4.115.207,40	0,28
2 - Debêntures não Conversíveis em Ações		8.830.036,40	0,60
Petróleo Brasileiro S.A.		8.830.036,40	0,60
3 - Certificado de Depósito Bancário - Pré-Fixado		41.543.247,67	2,84
Banco Bradesco S.A.		20.764.878,65	1,42
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.		20.778.369,02	1,42
4 - Certificado de Depósito Bancário - Pós-Fixado		56.910.100,82	3,89
Banco BBM S.A.		7.296.205,42	0,49
Banco Votorantim S.A.		6.349.734,63	0,43
Paraná Banco S.A.		9.446.465,37	0,64
BIC - Banco Industrial e Comercial S.A.		12.375.857,59	0,84
Banco Sofisa S.A.		2.848.912,84	0,20
Banco Industrial do Brasil S.A.		11.570.300,40	0,80
Banco Pine S.A.		7.022.624,57	0,49
A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO		44.486.958,60	3,07
1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA		30.523.224,76	2,11
URS Pact CAP Prot IB	Terceirizada	6.058.011,00	0,42
BRZ Crédito Privado FIM	Terceirizada	7.421.507,86	0,51
FI Votorantim Institucional	Terceirizada	5.265.969,17	0,37
Itaú Performance RF	Terceirizada	5.674.371,89	0,39
UBS Pactual Yield DI Referenciado	Terceirizada	6.103.364,84	0,42
2 - QUOTAS DE FIDC		13.963.733,84	0,96
FIDC Caixa UBS Pactual	Terceirizada	10.792.351,71	0,74
RB Fidúcia High Income Institucional FIDC	Terceirizada	3.171.382,13	0,22
A3 - EXIGÍVEL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		(2.065.969,74)	-0,14
Honorários Advocáticos		(2.065.969,74)	-0,14

B - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL		244.238.978,32	12,05
B1 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - MÚTUOS		44.917.534,75	3,11
BBM Valuation	Terceirizada	5.694.922,85	0,39
Bradesco FIA Dividendos	Terceirizada	14.225.396,28	0,98
Bradesco FIA Selection	Terceirizada	10.828.514,88	0,75
Bradesco Institucional	Terceirizada	3.259.855,37	0,23
IP Participações Institucional FIA	Terceirizada	5.255.745,23	0,36
Itaú Institucional Ibov FIA	Terceirizada	3.579.075,60	0,25
FI Votorantim Ações	Terceirizada	2.074.024,54	0,15
B2 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - EXCLUSIVOS		181.953.485,26	7,74
UBS Pactual FIB Ações FIA	Terceirizada	33.480.651,81	2,30
ABN Amro FIA Merlot	Terceirizada	69.047.429,98	
FI FIB Ações Previdenciário	Terceirizada	38.951.040,92	2,67
Schroder FIB FIA	Terceirizada	40.474.362,55	2,77
B3 - QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES		17.367.958,31	1,20
Capital Mezanino FIP	Terceirizada	5.549.562,02	0,38
Empreendedor Brasil	Terceirizada	5.591.919,40	0,39
Fundo Brascan Petróleo e Gás	Terceirizada	1.705.183,49	0,12
Logistica Brasil FIP	Terceirizada	4.521.293,40	0,31
C - SEGMENTO DE IMÓVEIS		29.210.461,32	1,94
C1 - EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO	Própria	1.263.064,61	0,08
Edifício Governador Parigot de Souza Rua Comendador Araújo - 551 - Centro Curitiba - PR		1.263.064,61	0,08
Térreo, 5º e 9º andar			
C2 - EDIFICAÇÕES LOCADAS À PATROCINADORA	Própria	10.147.434,37	0,69
Edifício Governador Parigot de Souza Rua Comendador Araújo - 551 - Centro Curitiba - PR		10.147.434,37	0,69
C3 - EDIFICAÇÕES PARA RENDA	Própria	17.799.962,34	1,17
7º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.565.550,24	0,10
8º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.782.117,91	0,12
9º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.812.224,46	0,12
10º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.828.275,82	0,12
11º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.841.471,43	0,12
12º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.851.686,76	0,12
13º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.212.420,08	0,08
24º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.986.528,45	0,13
25º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.941.472,70	0,13
26º andar do Edifício Centro Comercial Itália Rua Marechal Deodoro, 630 - Centro - Curitiba - PR		1.978.214,49	0,13
D - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES	Própria	42.669.931,80	2,90
Empréstimos Simples		42.669.931,80	2,90
(-) Liberação de Empréstimos		-	0,00

(6) O TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS não inclui os débitos da Patrocinadora oriundos da reversão da dação em pagamento, no valor de R\$ 86.183.587,81.

5. DEMONSTRATIVO POR TIPO DE GESTÃO: TERCEIRIZADA OU PRÓPRIA

(Inciso III e VII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Tipo de Gestão / Gestores	Renda Fixa	%	Renda Variável	%	Operação C/ Part.	%	Imóveis	%	Total	% Sobre o Total
1 - GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA	1.100.917.183,71	96,12	-	-	42.669.931,80	100,00	29.210.461,32	100,00	1.172.797.576,83	80,24
2 - GESTÃO TERCEIRIZADA	44.486.958,60	3,88	244.238.978,32	95,87	-	-	-	-	288.725.936,92	19,76
BANCO BBM S.A.	-	-	5.694.922,85	2,33	-	-	-	-	5.694.922,85	0,38
BANCO BRADESCO S.A.	-	-	28.313.766,53	11,59	-	-	-	-	28.313.766,53	1,93
BANCO BRASCAN S.A.	-	-	1.705.183,49	0,69	-	-	-	-	1.705.183,49	0,11
BANCO ITAÚ S.A.	5.674.371,89	0,49	42.530.116,52	17,41	-	-	-	-	48.204.488,41	3,30
BRZ ADM DE RECURSOS S.A.	7.421.507,86	0,64	10.113.212,80	-	-	-	-	-	17.534.720,66	1,19
OLIVEIRA TRUST DTVM LTDA.	3.171.382,13	0,28	-	-	-	-	-	-	3.171.382,13	0,22
INTRAG DTVM LTDA.	-	-	5.549.562,02	2,27	-	-	-	-	5.549.562,02	0,38
IP - INVESTIDOR PROFISSIONAL	-	-	5.255.745,23	2,16	-	-	-	-	5.255.745,23	0,36
SCHRODER INVEST. BRASIL S.A.	-	-	40.474.362,55	16,58	-	-	-	-	40.474.362,55	2,77
UBS PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	22.953.727,55	2,01	33.480.651,81	13,71	-	-	-	-	56.434.379,36	3,88
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	5.265.969,17	0,46	2.074.024,54	0,85	-	-	-	-	7.339.993,71	0,51
MERLOT	-	-	69.047.429,98	28,28	-	-	-	-	69.047.429,98	4,73
TOTAL GERAL (% s/ o total dos investimentos)	1.145.404.142,31	78,37	244.238.978,32	16,72	42.669.931,80	2,91	29.210.461,32	2,00	1.461.523.513,75	100,00

6. RISCO DE MERCADO MENSAL (21 DIAS ÚTEIS) - INTERVALO DE CONFIANÇA DE 95%

VaR - Valor em Risco	2007		2008		% Limite Política
	Valor R\$	% do Valor	Valor R\$	% do Valor	
Segmento de Renda Fixa	4.726.432	0,60	8.943,150	1,01	1,18 ⁽⁷⁾
Segmento de Renda Variável	10.217.873	5,18	26.669.432	13,61	⁽⁸⁾

(7) Alterada o limite na Política de Investimentos para 2008 para 1,5% ao mês.

(8) Para o segmento de Renda Variável o risco é avaliado através da limitação do risco ativo da carteira, que será limitado a uma perda de no máximo 8,00% ao ano em relação ao benchmark do fundo (Ibovespa ou IBRX-50).

7. RISCO DE CRÉDITO ⁽⁹⁾

Segmento de Renda Fixa	2007	2008	% Limite Resolução 3.456
Baixo Risco de Crédito Tesouro	61,27%	89,22%	100,00%
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	9,34 %	10,78%	80,00%
Médio e Alto Risco de Crédito	-	-	20,00%

(9) Percentual em relação à carteira de investimentos.

8. EMISSÕES DE TÍTULOS PRIVADOS CARTEIRA PRÓPRIA

EMPRESA	APLICAÇÃO ATUAL	% PL
EMPRESAS FINANCEIRAS	98.453.348,49	6,74%
Banco BBM S.A.	7.296.205,42	0,50%
Banco Bradesco S.A.	20.764.878,65	1,42%
Banco Daycoval S.A.	6.349.734,63	0,43%
Banco Industrial do Brasil S.A.	11.570.300,40	0,79%
Banco Pine S.A.	7.022.624,57	0,48%
Banco Sofisa S.A.	2.848.912,84	0,19%
BIC - Banco Industrial e Comercial S.A.	12.375.857,59	0,85%
Paraná Banco S.A.	9.446.465,37	0,65%
Unibanco S.A.	20.778.369,02	1,42%
EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS	12.945.243,80	0,89%
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	8.830.036,40	0,60%
Rio Bravo Securitizadora S.A.	4.115.207,40	0,28%
Total	111.398.592,29	7,62%

9. INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS ⁽¹⁰⁾

Descrição	2007 (R\$)	2008 (R\$)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS DA FIBRA (A) ⁽¹¹⁾	7.442.024,77	7.938.135,06
Água, Luz e Telefone	37.824,04	38.355,52
Alugueis	160.323,50	161.630,17
ANBID, Andima e Econômica	16.151,00	18.516,22
Associações e Classe	55.648,23	51.566,61
Auditoria Externa	12.547,55	11.906,36
Avaliação de Imóveis	-	24.381,00
Comunicação Social	70.699,55	69.665,24
Conservação, limpeza, copa e manutenção	99.131,27	54.252,23
Consultoria atuarial	88.726,20	90.152,72
Consultoria de Investimentos	197.396,03	248.084,77
Consultoria de RH	49.350,22	39.042,02
Consultoria do Sistema de Gestão da Qualidade	60.113,96	27.000,00
Consultoria Previdenciária	24.000,00	39.170,00
Depreciações e Amortizações	116.699,69	123.297,97
Despesas advocatícias	171.022,46	242.532,46
Despesas com treinamentos - inscrições e viagens	35.642,46	68.459,34
Despesas de viagens a serviço	107.425,35	117.544,50
Despesas de viagens dos colegiados	21.257,20	16.947,29
Despesas de viagens para defesa em processos judiciais	20.521,74	32.532,36
Despesas legais e tributárias (PIS, COFINS)	443.863,79	489.726,70
Despesas postais e telegráficas	41.474,14	48.212,48
Estagiários, mensageiros e outros	45.925,22	54.020,84
Jornais, livros e revistas	9.955,46	8.102,00
Manutenção de equipamentos e software	110.788,91	182.294,09
Material de expediente	64.026,15	43.998,06
Microfilmagem/digitalização e armazenagem de docs.	11.694,50	18.015,24
Pessoal e Encargos	5.369.816,15	5.618.728,87
CUSTOS DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS (B)	3.469.750,79	2.314.830,03

DESPESAS CONTABILIZADAS DIRETAMENTE NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	555.342,99	669.755,32
Honorários Advocatícios - recuperação de investimentos - provisão	195.127,87	229.121,87
IPTU e Condomínio de imóveis não locados	184.442,61	203.753,23
SELIC, CETIP, CBLC e outras	34.818,84	53.044,89
Corretagens	-	-
Custódia/Controladoria	140.953,67	183.835,33
DESPESAS DEBITADAS NOS FUNDOS EXCLUSIVOS ⁽¹²⁾	2.914.407,80	1.645.074,71
Auditoria Externa	50.795,60	36.357,44
Custódia/Controladoria	235.438,45	103.347,96
Corretagens	391.273,07	443.646,48
SELIC, CETIP, CBLC e outras	130.454,98	49.715,69
Taxa de Performance Fee	486.833,70	126.488,04
Taxa de Administração dos fundos exclusivos	1.413.452,00	829.449,10
Taxa de Fiscalização da CVM	206.160,00	56.070,00
TOTAL DAS DESPESAS (A+B)	10.911.775,56	10.252.965,09

(10) Despesas administrativas do plano de benefícios divulgadas em atendimento ao artigo 7º do Anexo da Resolução CMN nº 3.456, parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e Resolução CGPC nº. 23, de 06/12/2006.

(11) Inclui despesas de investimento passíveis de cobertura pelo programa de investimentos.

(12) Não inclui as despesas dos fundos mútuos.

10. INFORMAÇÕES GERAIS

Custodiante: Banco Bradesco S.A.

Responsável fiduciário: Banco Bradesco S.A.

Agente fiduciário: Banco Bradesco S.A.

Responsável pelo controle do risco: Fundação ITAIPU-BR

Responsável pela auditoria de gestão: BDO Trevisan Auditores Independentes

Relatório elaborado por: Margarete S. Andreola

Conferido por: Marcos Aurélio Litz

DIRETORIA EXECUTIVA

Sílvio Renato Rangel Silveira
Diretor-Superintendente

Denyse Gubert Rocha
Diretora Administrativa e Financeira

Florício Medeiros da Costa
Diretor de Seguridade

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares

Antonio José Correia Ribas
Presidente

José Ricardo da Silveira
Presidente Substituto

Ariel da Silveira
Sérgio Possolo Gomes
Luís Antonio Schwanz de Lima
Reinaldo Rodrigues

Suplentes

Antonio Carlos Nantes
Cristina de A. Maranhão Gomyde
Cícero Antonio Miller dos Santos
Giovani dos Anjos Teixeira
Bruno Túlio
Edemilson Mota Léo

CONSELHO FISCAL

Titulares

Salomão Galperin
Presidente

Rogério Duarte
Presidente Substituto

José Carlos Siqueira Peçanha
Emílio Ruiz Gomes

Suplentes

Simone Rogoginski
Vera Lúcia Graniska Ingeinczaki
Brasilino Rodrigues da Silva
Luiz André Muniz de Rezende
Janete Czaikowski Galli
José Antônio Santos

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Titulares

Thiophilo Cordeiro Neto
Presidente

Sílvio Schweidzon Melamed
Presidente Substituto

Luiz Covello Rossi
João Carlos Ferrer Garcia
Humberto Ventura Godinho
Zilda do Rocio de Freitas Barbosa

Suplentes

Márcia Abreu de Aguiar Buerger
Giovanni Leiria da Silva
Marcos D'ippólito
Luís Alberto Pereira Oliveira
José Maria Varassin
Aroldo Guimarães Adur

Constituição 26/02/1988
Início das atividades 01/04/1988
Reconhecida em 30/11/1988
Portaria nº 4367/MPAS

Rua Comendador Araújo, 551
9º Andar – CEP 80420-000
Curitiba – Paraná – Brasil
Telefone (41) 3321-4001
Fax (41) 3223-3628
0800 41 4404
www.fundacaoitaipu.com.br
fibra@fundacaoitaipu.com.br

Escritório em Foz do Iguaçu:
Centro Executivo de ITAIPU
Telefone: (45) 3520-5026

Este relatório foi produzido a um custo unitário de R\$ 4,98 proveniente de recursos específicos do custeio administrativo da FIBRA.

Disponível também no website da FIBRA.